

# Verdades sobre os Juízes de SP

Campanha na mídia mostra o trabalho dos Juízes e Desembargadores e pede que eleitor prestigie candidatos comprometidos com o fortalecimento da Justiça, pilar do Estado Democrático e de Direito. **PÁGINAS 10 e 11**

**Tribuna da Magistratura**

Informativo da Associação Paulista de Magistrados  
Ano XIX - Número 193 - Setembro de 2010



## Encontro em Campos de Jordão reforça unidade

Campanha institucional da APAMAGIS na mídia é objeto de aplausos dos Magistrados. **PÁGINAS 4 a 6**



■ **Liminar no STF resguarda associados na questão do “auxílio-voto”.** **PÁGINA 12**

■ **Francisco Bianco Neto e Sandra Galhardo são os novos Desembargadores no TJ/SP.** **PÁGINA 8**



### Tribuna da Magistratura

Publicação da Associação Paulista de Magistrados  
Ano XIX - nº 193

R. Tabatinguera, 140 - sobreloja  
CEP: 01020-901 - São Paulo - SP  
Telefone: (11) 3292-2200  
Fax: (11) 3292-2209

**Tiragem:** 3.600 exemplares

### APAMAGIS

apamagis@apamagis.com.br

**Presidência:** presidencia@apamagis.com.br

**Secretaria:** secretaria@apamagis.com.br

**Imprensa:** imprensa@apamagis.com.br

**Convênios:** convenios@apamagis.com.br

**Informática:** info@apamagis.com.br

**Site:** www.apamagis.com.br

### DIRETORIA EXECUTIVA

**Presidente:** Paulo Dimas de Bellis Mascaretti

**1º Vice-Presidente:** Roque Antonio Mesquita de Oliveira

**2º Vice-Presidente:** Fernando Figueiredo Bartoletti

**Diretor Secretário e Financeiro:** Irineu Jorge Fava

**Diretora Adjunta Secretária:** Ana Paula Sampaio de Q. Bandeira Lins

**Diretor Adjunto Secretário:** Edison Aparecido Brandão

**Diretor Adjunto Financeiro:** Elcio Trujillo

### COMUNICAÇÃO

Roque Antonio Mesquita de Oliveira  
Fernando Figueiredo Bartoletti  
José Elias Themer

### IMPRENSA

José Elias Themer  
Carolina N. Munhoz Rossi

**Jornalista Responsável:** Adriana Brunelli (MTB 33.183)

**Coordenação Geral:** Luciano Ayres

**Redação:** Cristiane Sommer, Karin Hetschko e Jessamy Kisberi

### Edição, Revisão, Projeto Gráfico e Diagramação

AyresPP Comunicação e Marketing Estratégico  
Tel: (19) 3232.6823

**Fotos:** AyresPP

### CONSELHO EDITORIAL

Aloísio de Toledo César  
Ana Paula Sampaio de Queiroz Bandeira Lins  
Antonio Ernesto de Bittencourt Rodrigues  
José Carlos Ferreira Alves  
Roque Antonio Mesquita de Oliveira

### Colaboradores

Todos os artigos assinados neste jornal são de responsabilidade exclusiva de seus autores.



## 1ª Vice-Presidência

### HOMENAGENS AOS QUE SE FORAM E SEGURANÇA PARA OS QUE FICAM

Já estamos praticamente no último trimestre do ano e muitos acontecimentos vieram a marcar os dias que se seguiram ao meu último artigo.

Seguindo a prática que há muito caracteriza a equipe que está na direção da nossa querida associação, fiz parte de uma delegação que compareceu até a cidade de Tupã a fim de prestar homenagem ao estimado colega Edmar Cinciliati, acometido de uma doença terrível que acabou levando-o para junto de Deus, nosso Pai, uma semana após o evento.

A homenagem foi cercada de grande emoção porque, embora debilitado e sentado numa cadeira de rodas, Edmar contagiou a todos os presentes com a sua simpatia, seu carinho e sensação de dever cumprido, agradecendo as presenças de todos aqueles que lotavam o salão do júri do Fórum, alguns chamados nominalmente.

Ele recebeu homenagem da OAB/SP, por iniciativa da Sub Seção local com o diploma de juiz amigo da advocacia. Foi o reconhecimento dos advogados e também dos juizes, representados pela APAMAGIS, que também colaborou com o evento, ao colega que honrou a toga e até o último momento da sua vida mostrou a todos como é possível trabalhar em harmonia e com respeito a todos aqueles que exercem suas funções para a administração da Justiça. É um exemplo que fica para os juizes mais jovens, que sempre devem se lembrar desse pranteado colega.

Acompanhado do presidente Paulo Dimas, estive igualmente em Campinas participando da última homenagem ao estimado colega Benedito Jorge Farah. Este foi um juiz amigo e magistrado acima de tudo e tanto amor tinha pela toga que, ao completar 70 anos e sendo obrigado a aposentar-se, ingressou com medida judicial na expectativa de permanecer integrando os quadros de magistrados do Tribunal de Justiça.

Infelizmente, a providência não foi bem-sucedida e o Farah foi obrigado a encerrar sua atividade jurisdicional. A magistratura paulista perdeu um juiz exemplar e que também serve de exemplo para os mais jovens, que devem ver nesse colega um paradigma oportuno de ser seguido, a fim de que possam cumprir as árduas tarefas do cargo com dedicação, simplicidade e coragem.

E por falar em coragem, convidei o doutor Marco Antonio Martins Ribeiro de Campos, Delegado de Polícia e Chefe da Assistência Policial Civil do Gabinete do Secretário da Segurança Pública para uma reunião com o presidente Paulo Dimas e mais o colega James Siano, que ficou responsável pelo encaminhamento do convite ao ilustre delegado, para acertar uma parceria entre a APAMAGIS e o Governo do Estado visando dar mais segurança para o magistrado no exercício das suas funções.

A partir de agora existe um canal de comunicação direto entre o magistrado e a Polícia Civil, que, atencioso e solícito colocou seu telefone à disposição dos associados. Peço que anotem, para qualquer emergência: 11-3291-6513/3291-6949. A Polícia Militar do Estado igualmente vem cuidando exemplarmente de dar ao juiz toda a assistência possível para a sua segurança pessoal e de seus familiares através do nosso estimado diretor Coronel Neves, que atende ao telefone 11-9970-6415.

Como os queridos leitores podem perceber, a APAMAGIS está sempre ao lado dos seus associados, proporcionando-lhes segurança para que possam exercer seu trabalho com tranquilidade. Conto sempre com o apoio dos colegas para que me enviem sugestões e críticas a fim de otimizar ainda mais o nosso trabalho à frente da primeira vice-presidência. Essa é a razão da minha existência: procurar ser útil ao meu semelhante!

### Des. Roque Antonio Mesquita de Oliveira

1º Vice-Presidente (roquemesquita@apamagis.com.br)

Noel Thomas



Como os queridos leitores podem perceber, a APAMAGIS está sempre ao lado dos seus associados, proporcionando-lhes segurança para que possam exercer seu trabalho com tranquilidade

## Justiça muito além dos números

Quase sempre, falar sobre si mesmo é tarefa árdua, afinal, é comum que os defeitos sejam atenuados e as virtudes, exacerbadas. Essas dificuldades apenas são superadas quando há elementos objetivos que fundamentem as ponderações. E é exatamente o caso da Justiça estadual de São Paulo, que reiteradamente tem apresentado números pujantes nos quesitos quantitativos e qualitativos.

O recente relatório Justiça em Números, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça, coloca o Judiciário de São Paulo como um dos mais produtivos do mundo. Repita-se, do mundo. Isso apesar das deficiências crônicas em questões estruturais, evidenciadas pelo próprio relatório, mostrando que o número de juízes é inferior ao da média nacional, a taxa de investimentos é pífia e os índices de litigiosidade são astronômicos. Ou seja, mesmo diante das adversidades aparentemente intransponíveis, os funcionários, juízes e desembargadores conseguem apresentar altas taxas de produtividade e de eficiência.

Dessa maneira, os dados mostram de forma inequívoca o que todo juiz e desembargador paulista conhece à exaustão: o Judiciário de São Paulo é superlativo. Afinal, quando se fala em Justiça estadual, São Paulo tem 21,6% dos magistrados estaduais e sua despesa corresponde a 22,8% da despesa total de toda a Justiça dos Estados. A aparente similitude entre o número de juízes e de despesa se esvai quando os comparamos ao volume produzido, ou seja, com cerca de um quinto dos juízes e dos gastos, São Paulo responde por 44% do total de processos pendentes, 35,7% de todas as sentenças e decisões proferidas e recebeu 28,9% das novas ações propostas em 2009. São mais de 18,4 milhões de processos apenas neste Estado, onde há mais de R\$ 25 bilhões em depósitos judiciais, que representam quase metade do total de depósitos da Justiça estadual de todo o País. E cumpre o mandamento constitucional de ser acessível a todos, afinal, tem a segunda maior proporção de casos novos em primeira instância: são quase 10 mil novos casos para cada grupo de 100 mil habitantes.



Noel Thomas

**Em outras palavras, apesar do recorde de trabalho, o volume de processos que aguarda julgamento ficou ainda maior, revelando um quadro verdadeiramente assustador**

Qual, então, a razão deste texto? Um simples apanágio, autoelogio despidido de significado?

Não, na verdade, trata-se de um pedido de socorro, um sinal de alerta.

Por trás dos números positivos - que reforçam a convicção de que juízes e desembargadores de São Paulo são movidos por sólidos ideais, trabalham de forma obstinada e possuem elevada capacidade judicante - há um cenário desolador: outros números reveladores de que, sem mudanças significativas nas questões orçamentárias e estruturais, o Judiciário estadual de São Paulo caminha para o colapso.

O processo lógico que fundamenta essa afirmação é clarividente. Os juízes e desembargadores paulistas superaram seus próprios limites de produtividade e de eficiência ao proferirem mais de 5 milhões de sentenças e quase 1 milhão de decisões em

segundo grau. Com tamanho esforço, seria correto imaginar uma curva descendente no estoque de processos. Entretanto, o ritmo ascendente prossegue. Em outras palavras, apesar do recorde de trabalho, o volume de processos que aguarda julgamento ficou ainda maior, revelando um quadro verdadeiramente assustador. Dito de maneira simples e direta, com os recursos existentes - de estrutura e de pessoal - não há muito mais o que fazer diante de tamanha enxurrada de feitos.

Não é, no entanto, da índole dos juízes de São Paulo amedrontar-se diante dos desafios. Ao contrário, quando as ameaças se descortinam, o Judiciário de São Paulo busca alternativas. Foi assim no lamentável episódio de ataques terroristas perpetrados por uma facção criminosa que disseminou pânico em maio de 2006. Naquele momento de extrema importância para a população,

**Não é, no entanto, da índole dos juízes de São Paulo amedrontar-se diante dos desafios. Ao contrário, quando as ameaças se descortinam, o Judiciário de São Paulo busca alternativas**

São Paulo contou com seus magistrados para sinalizar saídas legislativas e, principalmente, para assegurar o Estado Democrático de Direito.

Igualmente grave é o atual quadro crônico de falta de investimentos no Judiciário. Sem uma Justiça eficiente e célere, o cidadão vê seus direitos serem reiteradamente violados e a reparação aos danos suportados apenas ocorre depois de largo e injustificado lapso de tempo. Justiça tardia é quase sempre sinônimo de injustiça.

As saídas para esse cenário que se delineiam são simples e ao mesmo tempo complexas. Simples porque se sabe exatamente o que é preciso: mais recursos, mais autonomia, mais planejamento e mais gestão. Complexas porque exigem a colaboração de todos, em especial do Legislativo e do Executivo.

O exemplo dado pelo Judiciário do Rio de Janeiro, que alcançou plena autonomia financeira, é elucidativo. Com mais investimentos, a Justiça fluminense tornou-se mais célere, mais eficiente e ainda mais produtiva. Ao contrário do que se poderia imaginar, isso não ocorreu com aumento de gastos, mas sim com as custas e taxas judiciárias, que passaram a ser integralmente revertidas para um fundo que consolida os investimentos necessários em informatização, treinamento e gestão.

Frise-se que investir mais no Judiciário não significa investir menos em saúde, educação e segurança pública. Ao contrário, quando existe uma Justiça forte, eficiente e célere, há menos espaço para desvios de recursos públicos, as leis são cumpridas por todos e o Estado fica ainda mais próximo do cidadão.

É por isso que a Associação Paulista de Magistrados se empenha em conscientizar a população e os demais Poderes de que Justiça não é gasto, é investimento. Sem juízes realmente fortes e independentes não existe democracia verdadeira nem direitos realmente preservados. É preciso dar aos juízes de São Paulo instrumentos para que possam continuar fazendo o mesmo trabalho brilhante de sempre, só que para todos os paulistas indistintamente e, nas palavras da própria Constituição federal, com uma “duração razoável”.

**Des. Paulo Dimas de Bellis Mascaretti**

Presidente da APAMAGIS ([presidencia@apamagis.com.br](mailto:presidencia@apamagis.com.br))

Encontro Regional do Vale do Paraíba e Litoral Norte |

# APAMAGIS reúne Magistrados em Campos do Jordão

Campanha “10 Verdades que você precisa saber sobre os Juízes de SP” foi apresentada aos participantes



| O Encontro ratificou a coesão da Magistratura de São Paulo

Campos do Jordão foi cenário do Encontro Regional do Vale do Paraíba e Litoral Norte e do II Encontro de Motociclistas da APAMAGIS. Entre os dias 28 e 30 de agosto, os Magistrados Paulistas se reuniram no Grande Hotel confraternizar e debater metas importantes para o Judiciário no Estado. O evento contou com a participação do Deputado Regis de Oliveira e do Ex-Presidente do TRE-SP, Alvaro Lazzarini.

Confira a seguir mais detalhes do Encontro:

## ENCONTRO REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE

O clima frio de Campos do Jordão foi propício para que o primeiro dia do Encontro fosse apreciado dentro do suntuoso Grande Hotel.

Os Magistrados, pensionistas e familiares que, após passarem pelas belas paisagens da serra da Mantiqueira, usufruíram das instalações do hotel que oferece 440 mil m<sup>2</sup> de área verde e dispõe de uma estrutura com piscinas cobertas e aquecidas, quadras de tênis e *squash*, ginásio poliesportivo coberto, sala de ginástica, circuito de *cooper*, trilhas, mirantes, ponte pênsil, playground, sala de

jogos, mini-cinema, entre outros. Além disso, a equipe de monitores animou os hóspedes. À noite, a atração ficou por conta da desgustação de vinho e da apresentação do pianista do hotel.

## REUNIÃO INSTITUCIONAL

O Presidente Paulo Dimas iniciou a reunião institucional contextualizando os colegas sobre a atuação da APAMAGIS no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

O Presidente narrou as principais lutas na Câmara e no Senado, entre elas, a reprovação da atual PEC 505/2010 que atenta contra a vitaliciedade da Magistratura. “Nós vamos lutar pela não aprovação desta PEC na Câmara. Caso aprovado vamos arguir no STF pela inconstitucionalidade da proposta”.

Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, as principais reivindicações estão focadas na aprovação do PL 179/10, que cria 2.199 cargos de Assistentes para o primeiro grau, o PL 13/09, que cria mil cargos de escreventes e o PL 11/2009, que versa sobre a autonomia financeira do judiciário.

O Presidente Paulo Dimas ainda anunciou que a APAMAGIS está fazendo gestão no Tribunal de Justiça

de São Paulo para a implementação dos cargos de Assistentes de gabinete para o 1º Grau, pois a Lei que regulamentou o plano de cargos, carreiras e salários, aprovado em maio último, dispõe também sobre o assunto.

Durante a reunião, o Presidente Paulo Dimas também relatou os trabalhos da APAMAGIS no âmbito do CNJ. Elencou e explicou os desdobramentos de todos os Procedimentos de Controle Administrativos da Magistratura Bandeirante em pauta no Conselho Nacional de Justiça.

“Conseguimos uma vitória no CNJ”, disse referindo-se ao voto do Conselheiro Marcelo Neves que reconheceu o direito aos Magistrados do acréscimo de 17% do Tempo de Serviço, computado até a data de 16 de dezembro de 1998, para fins de aposentadoria integral previsto no § 3º do artigo 8º da Emenda Constitucional nº 20/98.

O Presidente Paulo Dimas ainda falou sobre a importante decisão do Ministro Dias Toffoli que deferiu a liminar no MS 29002 sobre o chamado “auxílio-voto”, impetrado pela APAMAGIS no último dia dois de agosto. Segundo o Presidente, isso “resgatou a dignidade da Magistratura Bandeirante”.

Após os informes do Presidente Paulo Dimas, o Deputado Regis de Oliveira, Desembargador aposentado do TJ/SP, comentou os trabalhos do Congresso Nacional e a atuação política da Magistratura em Brasília.

Regis de Oliveira, que concorre ao cargo de Deputado Federal, sempre foi um grande apoiador político das causas da Magistratura no Congresso Nacional. Durante a reunião, citou muitas batalhas iniciadas pela APAMAGIS e falou sobre a importância da pressão política na aprovação das propostas do Judiciário. “Precisamos desse diálogo com os Parlamentares para a manutenção de nossas prerrogativas”, afirmou.

Sobre o Projeto de Lei encaminhado pelo STF ao Congresso Nacional que versa sobre o reajuste de 14,7% nos subsídios da Magistratura, o Parlamentar asseverou que a proposta poderá ser aprovada desde que o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo Silva, esteja de acordo com o reajuste. No entanto, adiantou que será difícil a aprovação do dispositivo incluso no PL que versa sobre um sistema de revisão anual automático que seria idealizado pelo próprio Supremo Tribunal Federal.



| Magistrados, pensionistas e familiares confraternizaram durante o final de semana



| Reunião institucional teve ampla presença de Magistrados



| Des. Roque Mesquita



| Des. Sebastião Luiz Amorim



| Des. Nelson Calandra



| Deputado Regis de Oliveira



| Associados puderam dialogar com os dirigentes da APAMAGIS



| Os representantes da APAMAGIS falaram sobre a atuação da entidade em Brasília e na Alesp

Na sequência, o candidato à Presidência da AMB pela chapa “Novos Rumos”, Henrique Nelson Calandra, expôs seus projetos de campanha e falou da união da Magistratura Nacional.

A reunião também foi marcada pela defesa da Justiça Eleitoral, comandada pelos Juízes de Direito de cada Estado. O Ex-Presidente do TRE/SP, Alvaro Lazzarini, enalteceu os guardiões do sistema eleitoral do Brasil e alertou, assim como o Presidente Paulo Dimas, sobre o dispositivo que se estuda inserir dentro da reforma do código eleitoral que transfere a competência da Justiça Eleitoral para a Justiça Federal. A APAMAGIS já solicitou pareceres de Juristas sobre a inconstitucionalidade da proposta.

Após considerações da mesa Diretora do evento - formada pelo Presidente Paulo Dimas, pelo 1º Vice-Presidente Roque Mesquita, pelo 2º Vice-Presidente Fernando Bartoletti, pelo Diretor Secretário Irineu Fava, pelos Conselheiros Henrique Nelson Calandra e Sebastião Luiz Amorim, pelo Diretor-Adjunto de interiorização Paulo Roberto da Silva, pelo Ex-Presidente do TRE-SP Alvaro Lazzarini, pelos Desembargadores Carlos Luiz Bianco, Silvio Marques e pelo Deputado Regis de Oliveira - a Diretoria Executiva da APAMAGIS encerrou a reunião solicitando a união da Magistratura para a superação dos desafios do Judiciário. “Não há motivo para desalento nem destemperos, temos que lutar pela nossa Magistratura e estou certo que dias melhores virão”, asseverou o Presidente Paulo Dimas.

Institucional

## Campanha institucional e convênio com a PUC

Durante a reunião institucional do evento, foram apresentadas aos Magistrados as duas campanhas institucionais promovidas pela APAMAGIS para expor à sociedade a atuação dos Juízes Paulistas.

A primeira delas foi iniciada no domingo dia 22 de agosto, quando a entidade veiculou o informe publicitário “10

Verdades que você precisa saber sobre os Juízes de SP” no caderno um, página 11, do jornal “O Estado de São Paulo”.

A outra campanha idealizada pela APAMAGIS, em parceria com o TJ/SP, é baseada na inserção gratuita de propagandas mostrando as boas iniciativas do Judiciário em TV's abertas. Essa segunda iniciativa está na fase de produção.

O convênio da APAMAGIS com a Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) também foi anunciado durante a reunião institucional. A parceria assegura que os associados, dependentes e funcionários tenham 12% de desconto nos cursos da universidade, desde que aprovados no Processo Seletivo realizado pela FUNDASP-PUC.

## ALMOÇO DE CONFRATERNIZAÇÃO DO ENCONTRO

Após uma manhã produtiva, foi promovida uma confraternização na qual Magistrados de diversas regiões de São Paulo puderam dialogar. Na sequência, foi servido o almoço no Grande Hotel. Delícias típicas brasileiras como a feijoada e seus acompanhamentos constavam no cardápio que ainda contou com sobremesas produzidas pelos chefs de cozinha formados pelo Senac.

O Diretor Executivo de Relações Institucionais do grupo de comunicação Record, Zacarias Pagnanelli, também participou do almoço. Na oportunidade, ele se comprometeu a ajudar a APAMAGIS a divulgar a campanha institucional "10 verdades que você precisa saber sobre os Juízes de SP".

### MAGISTRADOS CONHECEM OS ENCANTOS DE CAMPOS DO JORDÃO

Como a cidade de Campos de Jordão oferece boa programação aos visitantes, os Magistrados e familiares aproveitaram a tarde de sábado e a manhã do domingo para conhecer os encantos da cidade.

Enquanto os motociclistas pilotavam nas belíssimas estradas da região e assistiam, na Colônia de Férias da APAMAGIS, uma palestra sobre a U.S Rota 66, os demais resolveram programar passeios ao centro de compras em Campos do Jordão, situado no bairro Capivari. O teleférico da cidade que leva ao mirante também foi uma das atrações da excursão.

Aos Magistrados que preferiram apreciar a tarde do sábado no hotel, a Escola Senac elaborou um programa especial tanto para adultos como para crianças com chá da tarde com *duo* de cordas para os adultos e, na programação infanto-juvenil, cine kids.

Na noite de sábado, os participantes do evento apreciaram o jantar servido no hotel ao som de bossa nova e jazz.

Após bons momentos de descontração, os Magistrados e seus familiares partiram no domingo à tarde rumo a suas respectivas Comarcas, já pensando nos próximos encontros que serão realizados em Guaratinguetá nos dias 15, 16 e 17 de outubro e em São José do Rio Preto entre os dias 22 e 24 de outubro no hotel Michelangelo Plaza. Reservas e informações no Departamento de Eventos da APAMAGIS (11) 3292-2200. ■



### Duas rodas

Os motociclistas da APAMAGIS pilotaram nas belíssimas estradas da região e assistiram, na Colônia de Férias da APAMAGIS, uma palestra sobre a U.S Rota 66

Fotos: Juliana Figliola



Interiorização |

# Diretoria Executiva visita os Magistrados de São Roque

Representantes da APAMAGIS relataram trabalho institucional e conferiram a situação do Fórum local

Apoiar os Magistrados do Estado de São Paulo independente da circunscrição onde atuam é um dos alicerces da política de interiorização da APAMAGIS. Neste sentido, no último dia 19 de agosto, a Diretoria Executiva da entidade reuniu-se com os Magistrados de São Roque e região para debater os problemas da 19ª circunscrição judiciária - Sorocaba e apresentar a atuação da APAMAGIS em diversas frentes.

Na ocasião, o Presidente Paulo Dimas e o 1º Vice-Presidente Roque Mesquita relataram as atuais lutas da APAMAGIS no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Além de comentarem detalhes de projetos e suas devidas tramitações, os representantes da Diretoria Executiva também informaram sobre as negociações entre Governo, TJ/SP e servidores em greve. À época, o Tribunal, com apoio da APAMAGIS, tentava negociar com o Governo do Estado e com lideranças da ALESP algum aporte finance-



| Presidente Paulo Dimas e Vice Roque Mesquita dialogaram com Magistrados de São Roque e região

ro para o reajuste de 4,77% no salário dos servidores.

Na reunião, o Presidente Paulo Dimas ainda relatou os trabalhos da entidade no âmbito do CNJ e Supremo Tribunal Federal.

Buscando informações associativas e da carreira, os Magistrados indaga-

ram os representantes da APAMAGIS a respeito de questões como compensação de dias de férias, dispositivos no novo CPC, entre outros.

Após o término da reunião, o Presidente Paulo Dimas e o 1º Vice-Presidente Roque Mesquita visitaram as dependências do Fórum de São Roque. Eles con-

feriram os problemas de falta de espaço no prédio. Os jurisdicionados de Mairinque enfrentam situação semelhante, afinal, não há edifício definido para o Fórum. Diante do exposto, a APAMAGIS dialogará com representantes da Corte Paulista para buscar uma solução aos problemas mencionados. ■

## A união faz a força.



### Com a parceria APAMAGIS Qualicorp, esse ditado faz todo o sentido.

Em parceria com a APAMAGIS, a Qualicorp reuniu os Magistrados para oferecer os melhores planos de saúde coletivos por adesão, em condições supervantajosas. E fez o mesmo com mais de 130 entidades de classe em todo o país. A idéia deu certo. E mais de 700 mil pessoas já se beneficiaram. **Agora é a sua vez.**

Ligue  
0800-777-4004  
www.qualicorp.com.br

**SulAmérica**  
associada ao ING

**APAMAGIS**

**Qualicorp**  
soluções em saúde

Qualicorp. Líder em planos de saúde coletivos por adesão.

Posse |

# Tribunal recebe dois novos Desembargadores

Francisco Neto e Sandra Galhardo ascendem ao mais alto cargo da Corte Paulista

No mês de agosto, o Tribunal empossou um Magistrado de carreira e uma Advogada advinda do quinto constitucional. As cerimônias de posse de Francisco Antonio Bianco Neto e Sandra Maria Galhardo Esteves foram presididas pelo Presidente da Corte, Viana Santos.

Na solenidade do dia cinco, o Des. Geraldo Francisco Pinheiro Franco falou sobre o amigo, que conheceu na época em que juntos cursaram Direito na Faculdade do Largo São Francisco. “Desde sua investidura no cargo até os dias de hoje, foram muitas as referências que ouvi acerca do Juiz prudente, reto, obstinado, pontual nos seus deveres, para quem não existem causas menores, ciente da grandeza e responsabilidade da toga”, afirmou.

“Tomei posse como Juiz Substituto em março de 1985, decorrido pouco mais de 25 anos daquela data retorno a esse mesmo Palácio da Justiça para recomeçar de novo”, com essas palavras Francisco Antonio Bianco Neto iniciou seu discurso de posse. “Fiz um juramento ao assumir a Magistratura de cumprir e de fazer cumprir as leis e julgar de acordo com a minha consciência. Assim foi e assim será. Farei tudo de novo, ciente da maior responsabilidade. Sinto como se começasse tudo outra vez”, asseverou.

No dia 30, Sandra Galhardo foi recebida pelo Tribunal com discurso proferido pelo Des. José Luís Palma Bisson, que traçou sua trajetória e falou sobre a imensa responsabilidade de julgar. “A vida de um Juiz é dura, principalmente, nos momentos em que tem que dizer não à dor que vê. A Justiça não é fácil de ser feita. A Jus-



“Fiz um juramento ao assumir a Magistratura de cumprir e de fazer cumprir as leis e julgar de acordo com a minha consciência”



“Sei que isoladamente nada se consegue, por isso, a importância da unidade de atuação entre Advogados, Ministério Público e instituições representativas dos poderes constituídos”

## Perfil

### FRANCISCO ANTONIO BIANCO NETO

Nasceu em 1955, na cidade de São Paulo. Formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo no ano de 1980. Foi nomeado Juiz Substituto em 1985, na 1ª Circunscrição Judiciária, com sede em Santos.

### SANDRA MARIA GALHARDO ESTEVES

Nasceu em 1962 na cidade de Araraquara. Formou-se pela Faculdade de Direito de sua cidade natal em 1984. Atuou como Advogada durante 26 anos. Na 5ª Subseção da OAB em Araraquara, ocupou o cargo de Presidente da Comissão da mulher e Presidente entre 2007 e 2009.

No mês de agosto, o Tribunal empossou um Magistrado de carreira e uma Advogada advinda do quinto constitucional

tiça verdadeira, por vezes, dói. Feito o acórdão, ele nos persegue pelo resto da vida”, enfatizou.

O Presidente da OAB/SP, Luiz Flávio Borges D’Urso, também discursou, homenageando a nova Desembargadora. Aproveitou a oportunidade para falar sobre o orçamento destinado pelo Estado à Justiça Paulista: “A OAB apoia de maneira firme e determinada a autonomia financeira do Judiciário”.

A empossada agradeceu o apoio de seu esposo, filhos, demais familiares e discorreu sobre a importância do trabalho conjunto para uma esmerada prestação jurisdicional: “Sei que isoladamente nada se consegue, por isso, a importância da unidade de atuação entre Advogados, Ministério Público e instituições representativas dos poderes constituídos”. Por fim, falou sobre a importância da educação que recebeu de seus pais: “Dos meus pais recebi, desde o berço, meu primeiro código de ética, pois me ensinaram a não fazer para os outros o que não queria que fizessem para mim”.

Nas duas ocasiões, a APAMAGIS foi representada pelo Presidente Paulo Dimas e pela Presidente do Conselho Consultivo, Orientador e Fiscal, Zélia Maria Antunes Alves. ■





Tecnologia |

# Videoconferências movimentam APAMAGIS

Difusão de conhecimento em diversas áreas de conhecimento jurídico



| Seminário sobre precatórios judiciais



| Palestra sobre a lei de recuperação judicial



| Seminário sobre pirataria e falsificações



| Palestra sobre a Emenda Constitucional do divórcio

○ EAD da APAMAGIS difunde conhecimento para os Magistrados e, em agosto, foram realizadas mais quatro videoconferências. Para assistir, basta acessar <http://www.apamagis.com.br/videos>.

## EC 62/09 - PRECATÓRIOS

Para firmar a posição estratégica da Magistratura, foi ministrado curso sobre precatórios judiciais, em parceria com a EPM, com a participação de mais de 400 pessoas. O dia 12 de agosto revelou a pujança do EAD da APAMAGIS: mais de 230 participantes. Além dos internautas, os presentes contaram com os debates do Juiz José Maurício Conti e do Advogado Kiyoshi Harada, falando sobre as condições gerais do EC 62; da Advogada da União Elaine Llaguno, dos Juízes Fernão Borba Franco, Alexandra Fuchs de Araujo e do Advogado Flávio Yarshell, discutindo as questões práticas do tema. O sucesso pros-

seguiu no dia 13, com palestras dos Desembargadores Ivan Sartori e Venício Salles, do Juiz Alcides Leopoldo e do Advogado Eduardo Maneira. O evento ainda contou com a participação do Presidente Paulo Dimas, do 2º Vice-Presidente Fernando Bartoletti e dos Desembargadores Antonio Rulli Júnior, Marrey Uint, Raphael da Silva Salvador, entre outros.

## RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em vigor há cinco anos, a chamada Lei da Recuperação Judicial ainda gera controvérsias, debatidas em profundidade pelos Juízes Alexandre Lazzarini e Renata Mota Maciel em palestra realizada na noite do dia 18. O Juiz Lazzarini revelou as dificuldades de atuar na recuperação judicial de empresas, em especial pelas diversas áreas envolvidas. A Juíza Renata Maciel comentou vários artigos da Lei e explicou sobre os

problemas mais comuns, como os conflitos de competências entre a Justiça Trabalhista e algumas Varas Cíveis. Também participaram o Presidente Paulo Dimas, o 1º Vice-Presidente Roque Mesquita e o Diretor de Informática, Edison Brandão.

## PIRATARIA E FALSIFICAÇÃO

No dia 19, 120 pessoas participaram do seminário "Pirataria, falsificação de marcas e delitos correlatos", uma iniciativa da APAMAGIS, Prefeitura/SP, ETCO, Fórum Nacional contra Pirataria e Ilegalidade, Grupo de Proteção à Marca e Instituto Brasileiro de Defesa da Competitividade. Os palestrantes traçaram um panorama da pirataria no Brasil e no mundo.

O Presidente Paulo Dimas fez a abertura do seminário falando sobre os prejuízos da prática. Participaram ativamente o Diretor de Informática, Edison Brandão;

o Presidente do FNCP, Edison Vismona; o Presidente do ETCO, André Franco Montoro Filho; o Promotor José Reinaldo Guimarães Carneiro; os Secretários municipais Edson Ortega e Orlando de Almeida Filho; o Desembargador Enio Santarelli Zuliani e o Consultor do BPG, Luiz Claudio Garé.

## EC DO DIVÓRCIO

O dia 30 reservou o tema "O divórcio na nova ordem jurídica", debatendo a EC nº 66/10. O novo dispositivo, que possibilita o divórcio direto, contou com palestra, proferida pelo Juiz Luiz Antonio Alves Torrano e pelo Des. Benedito Silvério Ribeiro, e realizada em face da intensa discussão de doutrina e de jurisprudência sobre o tema.

O evento, mediado pelo Diretor de Informática da APAMAGIS Edison Aparecido Brandão, foi assistido por cerca de cem participantes. ■

## Magistrado: a Fontana Seguros agora é MDS. Temos as melhores soluções para você e seus bens ficarem sempre protegidos!



Estamos em campanha com as seguradoras Porto Seguro e Marítima, por três meses.  
Por isso, como parceira da APAMAGIS, oferecemos as melhores condições do mercado:



seguro  
automóvel\*



Auto



seguro  
automóvel\*



seguro  
vida\*



seguro  
residência\*

- Carro reserva por tempo indeterminado (cláusula 33 / oficinas credenciadas);
- Desconto na renovação;
- Assistência 24 horas (carro e casa).

- Plano executivo com carro reserva por 15 dias;
- Desconto de 25% na franquia em rede credenciada.

- Produto desenhado exclusivamente para os Magistrados;
- Desconto em folha de pagamento ou conta corrente;
- Custo inferior ao praticado pelo mercado.

- Preço especial;
- Assistência residencial;
- Cobertura linha branca;
- Cobertura de Danos elétricos.

Aproveite esta oportunidade para fazer bons negócios.  
Entre em contato conosco, agende uma visita ou acesse nosso site.

Posto Atendimento APAMAGIS: 3104-2933

Matriz MDS: 3334-7300

[apamagis@mdsbr.com.br](mailto:apamagis@mdsbr.com.br) / [www.mdsbr.com.br](http://www.mdsbr.com.br)



PLANJUS é o Plano de Previdência oferecido aos associados das Associações Instituidoras da JUSPREV. Programe seu futuro contratando um plano com a MDS.



\*Os detalhes sobre as coberturas, vantagens, benefícios de cada produto e o plano variam de acordo com condição contratada do seguro.

Campanha institucional |

# Dez verdades que você precisa saber sobre os Juízes de São Paulo

APAMAGIS promove campanha de esclarecimento junto à população

Um Judiciário forte, coeso e autônomo é condição indispensável para a manutenção do Estado Democrático de Direito. Apesar da fundamental relevância do trabalho realizado pelos Magistrados, muitas vezes, a tarefa é incompreendida pela população. Pensando nisso, a APAMAGIS elaborou uma campanha com o objetivo de abrir um canal de diálogo entre a Magistratura e a sociedade.

Inspirada em post do blog do Des. Ivan Sartori, a mensagem institucional “Dez verdades que você precisa saber sobre os Juízes de São Paulo” revela alguns aspectos da prestação jurisdicional que se sobressaem. “Para que os Magistrados possam exercer de maneira plena suas funções, a APAMAGIS luta por uma Magistratura forte e independente, justamente para que o jurisdiciona-

do tenha confiança no Judiciário e procure-o para levar suas demandas. Nosso propósito com esta campanha é conscientizar o eleitor de que ele precisa indagar seu candidato a respeito do que pretende fazer para fortalecer a Justiça”, ressaltou o Presidente Paulo Dimas.

“A população precisa conhecer o Poder Judiciário e, neste sentido, estamos empreendendo uma prestação de serviço”, explicou o 1º Vice-Presidente Roque Mesquita. “A ideia é divulgar este material não apenas em veículos de grande circulação nacional - como já fizemos com os jornais *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo* e a revista *Época* -, mas também na mídia local do interior e do litoral do Estado”, concluiu o 2º Vice Fernando Bartoletti. ■



**AGO 22**

**O ESTADO DE S. PAULO**

Inspirada em post do blog do associado Ivan Sartori, a APAMAGIS lançou a campanha “Dez verdades que você precisa saber sobre os Juízes de São Paulo”, veiculando-a no primeiro caderno do jornal *O Estado de São Paulo*.

**AGO 29**

**FOLHA DE S. PAULO**

No domingo, em página nobre no primeiro caderno, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou o anúncio.

**AGO 30**

**ÉPOCA**

Em anúncio de página inteira, a revista *Época*, em sua edição nº 641, estampou a campanha da APAMAGIS.

**SET 01**

Um comunicado foi enviado a todos os Coordenadores regionais da APAMAGIS, pedindo a colaboração para divulgar a campanha no interior e litoral do Estado.

**SET 05**

**O VALE**

O jornal *O Vale*, da região do Vale do Paraíba publicou o anúncio. A equipe de comunicação entrou em contato com o veículo por sugestão do Juiz Paulo Cichitosi. Neste mesmo dia, a *Folha de José Bonifácio* veiculou a mensagem da APAMAGIS, graças à ajuda do Juiz aposentado Mário Eduardo de Mendonça.

**SET 18**

**GAZETA DE PIRACICABA**

Com a colaboração dos Juízes Ettore Geraldo Avolio e Wander Pereira Rossette Júnior, o anúncio foi publicado na *Tribuna Piracicabana*, na *Tribuna de São Pedro* e na *Gazeta de Piracicaba*.

**SET 19**

**JORNAL DE PIRACICABA**

Desde 1900

Veiculação no *Jornal de Piracicaba*.

**SET 21**

O anúncio foi publicado na *Tribuna de Rio das Pedras*, também com a ajuda dos Magistrados de Piracicaba.

**SET 22**

Novamente na *Tribuna Piracicabana*.

# Mobilização geral em favor da Magistratura

**Muitas conquistas necessárias para o aprimoramento do Judiciário Paulista dependem das próximas eleições e é por isso que a APAMAGIS criou uma campanha que, ao mesmo tempo, conscientiza o cidadão da importância do fortalecimento dos Juízes de São Paulo e pede que os eleitores vejam como os candidatos ao Legislativo e Executivo tratam o Poder Judiciário. É por este motivo que a APAMAGIS conclama os prezados colegas a ajudar. Converse com os principais jornais e revistas e busque espaço. A equipe de comunicação da APAMAGIS adaptará o anúncio a todos os formatos disponibilizados. Participe! A Justiça, uma vez mais, agradece o seu empenho!**



**Cecília Nair Siqueira Prado Euzebio**

*Juíza Substituta de Monte Aprazível*

“Como Juíza Substituta percebo que há um desconhecimento por parte da população acerca das atividades empreendidas pelos Magistrados. Dessa forma, achei a campanha importante e elucidativa para a população. Acredito que mais campanhas devam ser elaboradas”.



**Ettore Geraldo Avolio**

*Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Piracicaba*

“Acho importantíssima a divulgação das funções dos Juízes e da realidade que o cerca, pois a população precisa saber que a atividade do Magistrado não se resume a uma sala de audiência, a fazer uma conciliação, a sentenciar. A extensão do trabalho é muito grande e a maior parte é escondida das pessoas, ou seja, o Juiz trabalha em seu gabinete, em sua casa realizando as tarefas mais difíceis.

Além do mais, a atividade do Juiz tem necessariamente uma grande influência social, pois se ele trabalha bem e com afinco, consegue corrigir ou até impedir muitos conflitos no meio social. As pessoas normalmente só veem aquela atividade do período de Fórum”.



**Luiz Fernando Cardoso Dal Poz**

*7ª Vara Cível de São José do Rio Preto*

“Eu tenho percebido que a campanha teve uma repercussão positiva, especialmente, em nosso meio,

entre os colegas que já apontavam a necessidade de se fazer este tipo de esclarecimento. E mesmo em outros meios, que não o Jurídico, também parece que há uma visão positiva dos esclarecimentos que foram feitos de forma simples, direta e objetiva”.



**José Renato Nalini**

*1ª Câmara de Direito Público*

“É importante que a APAMAGIS divulgue, institucionalmente, algumas realidades sobre a Justiça Estadual que nem sempre são desconhecidas, mas não merecem divulgação. A mídia se preocupa mais com o inusual, com o exótico, aquilo que foge à normalidade. Ora, um juiz trabalhar é o natural. Se alguma falha vier a ser cometida por um integrante da Magistratura, aí o fato é notícia.

Outro aspecto interessante é fazer com que as pessoas se interessem por essa prestação estatal que é sustentada pelo povo.

Quando a comunidade conhece o funcionamento do Judiciário entenderá melhor as vicissitudes da atuação de seus personagens - juízes, funcionários, advogados, promotores, defensores, procuradores, partes, testemunhas, peritos - todo o universo que forma essa complexidade chamada Justiça. Talvez derive daí maior compreensão e interesse pela reformulação do sistema que, sendo humano, é sempre vulnerável e suscetível de aperfeiçoamento.

A campanha foi bem formatada e precisa prosseguir, com periodicidade a ser ponderada, para que não se torne uma daquelas propagandas que de tão reiteradas, já não atendem à finalidade de despertar a atenção do destinatário”.



**Henrique Nelson Calandra**

*2ª Câmara de Direito Público*

“A APAMAGIS, ao mostrar a realidade dos juízes de São Paulo, acaba prestando um relevante serviço aos Magistrados de todo o Brasil. Em nossa caminhada por Novos Rumos na AMB, notamos que os mesmos ideais dos juízes e desembargadores paulistas permeiam a imensa maioria dos magistrados brasileiros. Não há palavras para descrever o quanto nossas energias são revigoradas quando temos ao nosso lado uma entidade como a APAMAGIS para defender nossos ideais de Justiça e de cidadania”.



**Carlos Eduardo Montes Netto**

*Juiz Substituto de Ribeirão Preto*

“É uma medida extremamente importante, pois tende a aproximar as ações do Judiciário de São Paulo da sociedade, de modo a divulgar o trabalho que tem sido realizado pelos Magistrados em prol do bem-estar coletivo”.

"Auxílio-voto" |

# APAMAGIS obtém liminar no STF

Decisão resgata dignidade do Judiciário Paulista duramente castigado em julgamento do CNJ - PCA nº 1560-2007

No último dia dez de agosto, a Suprema Corte deferiu liminar no Mandado de Segurança Coletivo nº 29002, impetrado pela APAMAGIS em favor dos Magistrados Paulistas, contra decisão administrativa do Plenário do Conselho Nacional de Justiça que determinou, entre outras providências, a devolução dos valores pagos além do teto constitucional, durante a realização do mutirão "auxílio-voto", de 2007/2008.

O embate sobre tais pagamento teve início no curso de procedimento de controle administrativo iniciado por representação de Magistrado Paulista, assistido pela Anamages – Associação Nacional dos Magistrados Estaduais –, que sustentou irregularidades da reestruturação de entrâncias do Judiciário de São Paulo. O então Relator, Conselheiro Joaquim Falcão, no exame dos autos teria detectado problemas na percepção de verbas pagas a Magistrados

que atuavam em mutirões, no Segundo Grau, no chamado "auxílio-voto".

Prestadas as informações pelo TJ/SP, nos autos do PCA foi colhida a manifestação da Secretaria de Controle Interno (SCI) do CNJ, que opinou pela não imposição de ordem de devolução dos valores em discussão, com fundamento na "efetiva produtividade aferida nos relatórios e o enunciado da Súmula 249 do TCU".

Já, sob nova relatoria, o Conselheiro Marcelo Neves, em voto que mesclou temas distintos, reestruturação de entrância e "auxílio-voto", desconsiderou a sugestão da SCI e, entre outras determinações, também mandou que os valores recebidos acima do teto constitucional fossem devolvidos. O plenário referendou o voto do Relator, por maioria, vencido o Conselheiro Leomar Amorim.

Com a notificação de todos os associados, a APAMAGIS contratou o escritório Bottini&Tamasauskas Advogados para atuar na defesa em âmbito administrativo para tentar reverter a questão ainda no CNJ. Entretanto, foi necessária a impetração do writ coletivo no STF (veja os principais trechos da inicial do Mandado de Segurança no box abaixo).

Na liminar concedida pelo Ministro Dias Toffoli, ficou assentado que a melhor solução para evitar a confusão das matérias tratadas, seria a reatuação dos temas do "auxílio-voto" e do teto remuneratório constitucional como procedimento diverso.

Assim, a despeito da limitação dos subsídios estabelecida pela Constituição Federal, o Ministro Dias Toffoli ressaltou: "Agindo verdadeiramente de forma mais realista que o rei, a decisão ora atacada passou por cima desses dados técnicos para impor ordem de devolução de valores aos magistrados que participaram do "auxílio-voto", desprezando, ainda, comezinho princípio de direito, segundo o qual, má-fé não se presume,...". E, mais: "Não se concebe, sob a ótica da estrita legalidade que deve pautar a atuação de órgão de índole constitucional, como o CNJ, que se atropelam os princípios da ampla defesa e do contraditório, previamente à prolação de decisões que afetem interesses de inúmeras pessoas, tomadas sem que essas sejam sequer ouvidas".

Na decisão proferida, o Ministro Dias Toffoli, Relator do writ, além de suspender os efeitos da decisão administrativa proferida pelo Plenário do CNJ, para o "auxílio-voto", também indeferiu três requerimentos apresentados pela Anamages, que atravessando petição, tentou obstar a ação coletiva impetrada pela APAMAGIS.

Ressaltou, para a "questão de ordem", que "...o objeto da impetração já está devidamente delimitado por este despacho, delimitação essa de resto facilmente executável por quem quer que se disponha a ler o teor da decisão atacada e os fundamentos do presente mandamus e seja dotado de mínimas condições de compreensão do vernáculo".

Refutou, com veemência, a alegada possibilidade de nulidade processual, "... posto que na condição de integrante da mais Alta Corte da Justiça do país, este magistrado bem sabe discernir as hipóteses de configuração de suspeição para atuação em processos em que é chamado a proferir decisões, situação essa que certamente aqui não se caracteriza, em razão do bisonho motivo alegado pela petionária, de resto sequer comprovado documentalmente nos autos. Ademais, assiste a quem de direito, se duvidar da isenção deste magistrado na condução do presente feito, arguir sua suspeição, pelas vias adequadas, nos termos da Lei Processual Civil em vigor, bem assim dos artigos 277 e seguintes do Regimento Interno deste Supremo Tribunal Federal, e não vir atravessar petição nos autos, em nome de associação de duvidosa penetração junto à classe que diz representar, com fundamento em suposições e calcada na aleivosa premissa da absoluta falta de discernimento deste magistrado quanto à sua atuação funcional".

Por fim, o Ministro Dias Toffoli ainda indeferiu o pedido da Anamages, de ingresso no processo "na qualidade de litisconsorte necessária, pois não consta dos documentos até agora para cá trasladados, que tenha sido admitida nos autos do referido PCA".

Segundo palavras do Presidente Paulo Dimas, "a decisão resgata a dignidade da Magistratura Bandeirante, duramente atingida no julgamento pelo plenário do CNJ". ■

Atuação

## Alguns trechos da peça impetrada pela APAMAGIS na Suprema Corte

### DA AUSÊNCIA DO CONTRADITÓRIO NA FASE INTRODUTÓRIA

Os interessados deveriam ter sido convocados ao exercício do contraditório e da ampla defesa desde o nascedouro do presente procedimento de controle administrativo e não em momento de mera execução da decisão que lhes atinge severamente o patrimônio individual.

(...) A inversão aqui relatada importa em que a notificação para a defesa foi feita depois de sentenciado o processo e transitada em julgado a decisão. (...)

### DA NULIDADE DO PROCEDIMENTO POR

### VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL

Há necessidade de se afirmar a nulidade do referido procedimento por violação ao devido processo legal, ante a afronta ao princípio do julgador natural. (...)

(...) Não se verificando pertinência temática com a questão em discussão no procedimento onde surgia a nova matéria a ser apurada, é indispensável a observância do art. 92 e 93 do Regimento Interno, com a instauração de novo procedimento, que seja submetido à livre distribuição, nos termos do art. 44 desse mesmo regimento.

### AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE APONTADA

### NA CONVOCAÇÃO DOS MAGISTRADOS

Importante frisar que não houve irregularidade com relação à convocação dos Magistrados que aturam no Tribunal. (...)

(...) A convocação ocorreu mediante ato legítimo e regular do Tribunal de Justiça de São Paulo, encontrando amparo legal no art. 124 da Lei complementar nº35/79 (LOMAN).

### NATUREZA JURÍDICA DOS PAGAMENTOS EFETUADOS

A remuneração adotada para as convocações de Magistrados para prestar auxílio junto ao Tribunal de Justiça tem a mesma natureza jurídica das verbas previstas nas alíneas "c", "e" e "j"

do art. 5º, inciso I, da Resolução nº 13, c.c. art. 2º, inc. II, alíneas "b", "d" e "h", da Resolução nº 14 ambas do CNJ.

Anota-se que tal remuneração era de caráter temporário e somente estava justificada enquanto perdurasse a convocação.

### BOA-FÉ DOS MAGISTRADOS CONVOCADOS

É impossível supor a má-fé dos associados da impetrante: (...) porque a convocação partiu de terceiro – o Presidente do Tribunal. (...) porque há previsão expressa na Lei Orgânica da Magistratura. (...) porque, na qualidade de servidor público, o Magistrado nada mais faz que atender à convocação da autoridade superior e perceber a contraprestação prevista no ordenamento vigente.

TJ/SP |

# Juízes do 180º Concurso de Ingresso à Magistratura são vitaliciados

Após cerimônia, Juízes comemoraram o fim do estágio probatório na sede social da APAMAGIS

No último dia 20 de agosto, 76 Juízes que ingressaram na Magistratura Bandeirante por meio do 180º Concurso comemoraram o fim do estágio probatório em cerimônia de vitaliciamento. A solenidade, conduzida pelo Presidente da Corte Paulista, Antonio Carlos Viana Santos, foi realizada no Salão dos Passos Perdidos do Palácio da Justiça.

Após breve pronunciamento do Juiz Walter Godoy dos Santos Junior, que falou em nome dos vitaliciados, o Desembargador José Renato Nalini, integrante da Comissão Examinadora do 180º Concurso, comentou sobre as tarefas e as dificuldades que os Magistrados enfrentam em seu cotidiano; muitas delas, segundo o orador, já vivenciadas pelos Juízes nesses anos de estágio probatório.

Nalini ainda narrou as facetas da era da informação digital. “O mundo tem pressa e o Judiciário já sentiu os novos ventos”, disse referindo-se às novas tecnologias que deverão ser utilizadas para garantir celeridade à prestação jurisdicional. “O futuro é digital e neles vocês estão inseridos”, afirmou.

Paulo Hamilton Siqueira Jr., integrante da Ordem dos Advogados do Brasil que também fez parte da Comissão Examinadora, enalteceu a função social do Juiz. Segundo ele, “a Justiça, pedra angular da sociedade e do sistema democrático, é a responsável pela proteção da dignidade da pessoa humana”.

O Advogado encerrou dizendo estar certo de que a profícua atuação jurisdicional dos novos Juízes será responsável por imprimir novas marcas à Justiça Bandeirante.

O Corregedor-Geral da Justiça, Antonio Carlos Munhoz Soares, lembrou aos novos Magistrados a necessidade de constante aprimoramento no exercício das funções: “O bom Juiz está sempre em busca de reciclagem para alargar o seu conhecimento. A população deposita em nós toda a esperança da Justiça”.



| Setenta e seis Juízes foram vitaliciados

O Presidente da Corte Paulista encerrou a cerimônia desejando sucesso na carreira aos Magistrados que agora, em caráter vitalício, integram o Poder Judiciário do Estado de São Paulo.

Além das autoridades já mencionadas, a cerimônia contou com a presença do Presidente Paulo Dimas; do 1º Vice Roque Mesquita; da Presidente do Conselho Consultivo, Orientador e Fiscal da APAMAGIS, Zélia Maria Antunes Alves; do Vice-Presidente do TJ/SP, Marco César Müller Valente; do Procurador-Geral do Estado de São Paulo, Marcos Fábio de Oliveira Nusdeo; do Subprocurador-Geral de Justiça de Relações Externas do Estado de São Paulo, Francisco Stella Júnior, entre outros.

## JUIZES SÃO PRESTIGIADOS COM COQUETEL OFERECIDO PELA APAMAGIS

Após cerimônia no Palácio da Justiça, os Juízes comemoraram a vitaliciedade na carreira ao lado de familiares e colegas do Judiciário Estadual em coquetel organizado pela APAMAGIS.



| O Juiz Walter Godoy dos Santos Junior falou em nome dos vitaliciados

**“A Justiça, pedra angular da sociedade e do sistema democrático, é a responsável pela proteção da dignidade da pessoa humana”**

Advogado Paulo Hamilton Siqueira Jr.

O Juiz Walter Godoy dos Santos Junior, que falou em nome dos vitaliciados, agradeceu a APAMAGIS por recebê-los em sua sede social naquele momento tão importante de suas vidas.

Relembrando aos presentes que, em seu foco, a juventude da Magistratura sempre esteve presente, o 1º Vice-Presidente Roque Mesquita afirmou que, de certa forma, os aprovados renovam os ânimos dos antigos componentes da Corte Paulista.

A primeira mulher a fazer parte do quadro de Magistrados do Judiciário Paulista, Des. Zélia Maria Antunes Alves, recebeu homenagem dos presentes e relembrou seus primeiros passos como Juíza. A Presidente do Conselho Consultivo, Orientador e Fiscal da APAMAGIS finalizou relatando a felicidade que a profissão lhe trouxe e desejando aos novos Juízes a mesma sorte.

Participaram ainda do coquetel o Presidente Paulo Dimas, o 2º Vice-Presidente Fernando Bartoletti, os Conselheiros Carlos Teixeira Leite Filho e Sebastião Luiz Amorim, o Ministro Sydney Sanches, o Corregedor Geral da Justiça, Antonio Carlos Munhoz Soares, entre outros. ■



| Juízes do 180º Concurso prestigiaram coquetel da APAMAGIS



| Inúmeras autoridades compareceram ao coquetel promovido na sede social



| Des. Zélia Alves ao lado de Naira Assis, Ana Carmem Souza e Patricia S. Poyares

# Farah, um homem de bem que se foi

**Benedito Silvério Ribeiro**

Desembargador do TJ/SP

**D**oença traiçoeira, apesar dos avanços da Medicina e do poder dos remédios, a leucemia levou no dia 26 de agosto o amigo BENEDICTO JORGE FARAH para outra dimensão.

Ficou a alegria (por sinal, o significado do sobrenome Farah), a lembrança daquela pessoa bondosa e festiva, com alto-astral e sempre de bem com a vida.

No entanto, cumpriu com extremo louvor a sua missão terrestre e poderia ter feito muito mais, se não fosse a sua retirada precoce deste mundo difícil e desnorteado de seus valores.

Como pai de família, semeou o entendimento, as boas ações e o amor, sendo exemplo a bondade dos filhos José Henrique, Luiz Roberto, Sílvia Cristina, Ana Paula e Carlos Eduardo. A esposa Maria José (Zeza) era para o finado marido "o coração da casa".

Conheci Farah em 1980, quando fui ser juiz da 1ª Vara Criminal de Campinas e a amizade se sedimentou de uma forma acentuada, em razão

sobretudo das qualidades daquela pessoa simples, sincera e preocupada com o jurisdicionado, com o povo, como ele costumava falar, que deveria receber uma justiça sem delongas.

A trajetória de Farah nas Varas de Família do Fórum João Mendes Jr. foi marcante, sobretudo 7ª e 8ª. Eu fui titular da 10ª Vara de 85 a 90 e viajei diariamente durante esse lustro de Campinas para São Paulo na companhia de Farah, cada dia um com seu carro, no chamado comboio campineiro, completado por José Odorico, Álvaro Erix e o promotor Bernardo Fraga.

O Farah era a alegria das viagens, falando, cantando músicas românticas e dormindo. O banco dianteiro direito era-lhe privativo, mesmo porque, se fosse atrás, apertaria os outros dois.

Nas Varas de Família agia Farah como o *bonus pater familiae* do direito romano, aquela pessoa de bom senso que se colocava na posição das partes. Nunca se cingiu a resolver o processo que tinha nas mãos, mas procurava dar solução ao problema global da família, incluindo nos acordos processos de outras varas, como alimentos,

guarda de filhos, visitas, arrolamento de bens e partilha.

Com isso acomodava e amainava os ânimos dos litigantes, procurando fazer cessar beligerância desfavorável aos partícipes das contendas, com resultados lesivos à família, sobremaneira aos filhos.

**Nas Varas de Família agia Farah como o *bonus pater familiae* do direito romano, aquela pessoa de bom senso que se colocava na posição das partes**

Farah contou que foi professor primário em Cândido Mota, minha primeira comarca, na Alta Sorocabana. Trabalhou no antigo DOP (Departamento de Obras Públicas do Estado) e depois ingressou na Magistratura em 1979, onde se destacou como juiz bom, humano, trabalhador, consciente das responsabilidades do cargo, dotado de acentuado bom senso e com grande experiência de vida.

Foi professor universitário nas Faculdades Tabajara, UNIP e de Espírito Santo do Pinhal, membro da mesa diretora da Santa Casa de Campinas, presidente do Tribunal Maçônico do Estado de São Paulo, acadêmico da Academia Campineira Maçônica de Letras e cidadão batataense e campineiro.

Aposentou-se há três anos, foi conciliador junto à 1ª Vara de Família de Campinas e prestou serviços na coordenação de cursos *lato sensu* da Escola Paulista da Magistratura em Campinas.

Em suma, era um homem rico. Rico de amigos e eu me incluo nesse rol.

Farah não passou a vida em brancas nuvens e nunca foi omissos. Preencheu todo o seu tempo fazendo o bem, amou as pessoas e sempre será lembrado por todos aqueles que o conheceram.

Finalizo lembrando a poetisa chilena Gabriela Mistral, em "O Prazer de Servir":

"Serviste hoje? A quem: a uma árvore, a um amigo, a tua mãe?"

Farah serviu a tudo e a todos. ■

## A MAIS APROFUNDADA ANÁLISE DA PARTE GERAL DO DIREITO CIVIL



O aclamado jurista português lança, agora no Brasil, seu **Direito Civil - Teoria Geral**, referência obrigatória em estudos aprofundados da matéria. Dividida em 3 volumes, a obra analisa a parte geral do Direito Civil, considerada pelo autor a disciplina nuclear de todo o direito privado.

**José de Oliveira Ascensão** é professor catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa.

### COLEÇÃO DIREITO CIVIL

**Vol. 1 - INTRODUÇÃO. AS PESSOAS. OS BENS** - 3ª edição, 2010 - **R\$ 74,00**

**Vol. 2 - AÇÕES E FATOS JURÍDICOS** - 3ª edição, 2010 - **R\$ 92,00**

**Vol. 3 - RELAÇÕES E SITUAÇÕES JURÍDICAS** - 2ª edição, 2010 - **R\$ 66,00**

## Lançamentos jurídicos da Editora Saraiva



**PLURALISMO JURÍDICO  
OS NOVOS CAMINHOS  
DA CONTEMPORANEIDADE**  
Orgs.: Antonio Carlos Wolkmer  
Francisco Q. Veras Neto  
Ivone M. Lixa  
1ª edição, 2010  
**R\$ 48,00**



**GERENCIAMENTO DE  
PROCESSOS JUDICIAIS**  
Paulo Eduardo Alves da Silva  
1ª edição, 2010  
**R\$ 32,00**



**VIOLÊNCIA  
CONTRA A MULHER**  
Damásio de Jesus  
1ª edição, 2010  
**R\$ 26,00**

**Livraria  
XIII de  
Setembro**

**LIVROS JURÍDICOS COM 25% DE DESCONTO**  
[livraria13@apamagis.com.br](mailto:livraria13@apamagis.com.br)



**Editora  
Saraiva**

Preços sugeridos e sujeitos a alteração sem prévio aviso. Preços válidos em todo o país, exceto no Acre, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. Consulte condições de comercialização nessas regiões diretamente nas filiais.

# Respondendo ao desafio que não é de hoje: julgar bem, ou julgar logo?

**Walter Piva Rodrigues**

Desembargador do TJ/SP

“Se é verdade que a pressão pelo aumento de produtividade é um viés que se impõe, inegavelmente, a qualidade deve ser preservada... Aliar essa agilidade com qualidade é o grande desafio” (Des. Paulo D. de B. Mascaretti in “Palavra do Presidente”, Tribuna da Magistratura, ano XIX, nº 191, julho 2010)

São quarenta e oito meses de Judicatura. Posso dizer que rejuvenesci (se tanto é possível ir na contramão da idade que avança!) diante de desafios novos.

Confesso, deixei-me levar pelo encanto de meu novo tempo, já agora ao lado de antigos alunos, hoje meus Professores, haurindo a experiência dos demais Magistrados; tudo, enfim, após trinta e quatro anos como Advogado.

Talvez seja cedo para refletir sobre tantos desafios que poucos não são!

Calar-me, no entanto, não é do meu feitio; decidi, então, que é chegada a hora de tentar responder ao velho desafio que escolhi como tema, pois esperar o amanhecer já é tarde.

O cotidiano pressiona e o desafio primeiro reside na correta distribuição da tarefa pelo tempo do dia útil; são vinte os dias úteis do mês; quatro dias só para as sessões. Sobram dezesseis dias úteis para as demais tarefas.

O tempo é, pois, menor do que seria o necessário para enfrentar os agravos com pedido de antecipação de efeitos recursais (quem dentre os agravantes do dia ousaria deixar de

**Não ousar comparar a tarefa árdua das Desembargadorias com o insuperável cotidiano do Juiz de Primeiro Grau, cujo grau de excelência não chega a ser tisonado pelas decisões modificadoras de Segundo Grau na medida em que aqui, predominantemente, há a salutar atuação de um Colegiado o que propicia uma reflexão conjunta sobre os embates das parcialidades de recorrente e recorrido**



| Des. Walter Piva Rodrigues

formulá-los, lembremo-nos, nunca menos de três ao dia útil); os embargos de declaração, as apelações recém distribuídas [preferenciais e as outras, todas invariavelmente somando mais de cem ao mês], as apelações do acervo, os agravos que retornam após o contraditório ou mesmo após eventual parecer do MP, o “expediente” a ensejar “despachos intercalares” (estes passaram a ser muito frequentes ultimamente!).

Ah, esqueci-me das revisões e dos votos após pedido de vista! Os Memoriais e as sustentações orais quando bem feitos, expondo sucintamente a parcialidade do subscritor ensinam, com alguma frequência, a vista ou até mesmo retirada de pauta, pois, quem dorme se a Justiça do caso concreto não for sopesada com o zelo, o equilíbrio e o conhecimento das leis, doutrina e jurisprudência tal como recomenda o juramento funcional?

Não ousar comparar a tarefa árdua das Desembargadorias com o insuperável cotidiano do Juiz de Primeiro Grau, cujo grau de excelência não chega a ser tisonado pelas decisões modificadoras de Segundo Grau na medida em que aqui, predominantemente, há a salutar atuação de um Colegiado o que propicia uma reflexão conjunta sobre os embates das parcialidades de recorrente e recorrido.

Afastar o Colegiado só deve ser estimulado excepcionalmente (em especial, caso de incidência de Súmulas), pois o princípio da colegialidade é, ainda, a garantia de melhor justiça nos julgamentos pelo Tribunal.

Ainda que em prejuízo da velocidade

de das decisões, sobressai fazer prevalecer a qualidade!

Eis a primeira solução para o desafio proclamado pela Presidência da APAMAGIS.

Outras soluções podem ser aventadas, por exemplo, a fixação de metas razoáveis para cada Gabinete cumprir ao longo do mês.

Deve o Tribunal pelo seu órgão especial correr o risco (de caráter tipicamente político) de desagradar os seus liderados se, porventura, quantificar a produção-padrão quanto a julgados?

Com a palavra os seus integrantes, é verdade!

Penso, no entanto, ser proveitosamente apropriado assumir essa responsabilidade mediante prévia oitiva de todos os Desembargadores mesmo que um tal desafio venha a incomodar, ensejando, de resto, um corte no dissabor do exercício atribuído de controles externos por órgãos centralizadores de superposição correcional.

Diante de uma tal quantificação, o Tribunal como um todo assegura para si o controle de qualidade e da demora no julgamento dos recursos distribuídos. Penso, seria um avanço!

A propósito, tais órgãos centrais só deveriam atuar em caráter meramente subsidiário em relação à atuação correcional dos Tribunais locais cuja autonomia, seja em relação a seus Juízes, seja em relação aos seus Desembargadores, precisa ser resguardada para o bem do fortalecimento do Poder Judiciário e da própria democracia.

Mas não é só.

Na mesma perspectiva de agilizar julgamentos sem perder a qualidade

- como dito acima, o desafio sempre mais premente -, o Tribunal deve cuidar de debelar o mais rapidamente possível os acervos gerados pela distribuição de 2005, cujo avalanche ainda rouba o sono dos relatores afinados com metas e submetas, muitas vezes, definidas mediante critério autoritário e totalmente desconectado com a realidade de cada Tribunal.

Quantificado o acervo, não haverá Colegas que possam subsidiar o órgão especial com elementos para uma solução que priorize o jurisdicionado?

E, ao mesmo tempo, adota solução que não desestime os que lograram por si só e solitariamente, com muito esforço pessoal e de seus auxiliares (sábados, domingos, férias “trabalhadas”, diga-se de passagem, tudo, sabe-se, muitos casos em prejuízo da saúde e da vida em família)?

Penso que sim; oportuno incentivar o debate seja em cada Câmara ou mesmo Grupo de Câmara ou Seção, pois, há peculiaridades muito concretas a serem sopesadas.

O importante é adotar solução que demonstre aos litigantes do Judiciário Paulista que o que se prioriza é o seu interesse ainda que com sacrifício de pretensões corporativistas.

Eis, algumas reflexões ditadas pela angústia de quem:

(a) ao tomar posse (outubro de 2006) recebeu acervo de aproximadamente 1.200 feitos;

(b) prolatou 6.500 votos; tem cinco auxiliares e um estagiário;

(c) organizou o acervo recebido de forma a observar no julgamento os recursos então distribuídos em 2005 na ordem rigorosa e numericamente crescente, e, ainda assim detém saldo de 280 recursos;

(d) que, sem prejuízo de outros recursos, fixou uma produtividade padronizada no Gabinete de 60 apelações/mês do acervo 2005 e dez apelações com prioridade legal.

Enfim, eis o quadro dentro do qual, certamente, compartilho a pretensão de ver uma luz no final do final do túnel, a par dos faróis com os quais a Presidência da Seção de Direito Privado tem iluminado nosso caminho.

Enfim, Senhor Presidente Paulo Dimas, o seu pronunciamento encorajou-me a ditar estas palavras, almejando possam ser elas bem compreendidas para a defesa do melhor da tradição do Judiciário Paulista: continuar julgando bem e, no limite do possível, julgar logo! ■

# Conversas de bar

**Carlos Luiz Bianco**

Desembargador do TJ/SP

Enquanto fora do carro a noite tempestuosa e os jacarandás da rua São Luiz vergavam-se sob a força da pesada carga de chuva e das rajadas de vento, ele, dentro, não conseguia parar de pensar naquele estranho telefonema recebido poucas horas antes, voz rouca, baixa e sensual: “alô, eu preciso falar com você urgentemente!”, “quem fala?”, “você me conhece, me conhece muito, venho de seu passado, esteja no **Chá Mon** às sete horas da noite e conversaremos, temos muito o que falar...” e desligou sem sequer lhe dar chance de conseguir maiores informações.

A duras penas conseguiu contornar a São Luiz, entrando na rua da Consolação e chegando até a garagem do Edifício Zervos onde estacionou com um suspiro de alívio! Pudera, a noite estava tão raivosa e amedrontadora que não acreditava que chegaria em tempo para atender aquele estranho compromisso...

Agasalhou-se, abriu o guarda-chuvas e, enfrentando fortes golpes de vento e a pesada carga de água, atravessou a S. Luiz de volta, correu e chegou à Galeria Metrôpole, subindo ao primeiro piso pela escada rolante.

**Chá Mon!** Há muitos anos que não passava por lá, tinha até mesmo esquecido do local embora fosse seu frequentador assíduo anos atrás, espantou-se ao verificar que a casa estava no mesmo local e aparentava quase as mesmas condições de tanto tempo atrás (*quantos? Seguramente quarenta anos ou mais, não se lembrava com precisão...*).

Entrou, dirigiu-se ao terraço e sentou-se no mesmo local de antigamente e, quem sabe, a mesma mesa na qual tanto amara, devaneara, sonhara e sofrera no passado!

Ao solícito garçon que o atendeu pediu **cuba-libre** (*seu drinque predileto no passado*) e amendoins para acompanhar. Notou o ar de surpresa misto de espanto do jovem atendente ao ouvir o pedido (*talvez não soubesse exatamente qual era aquela bebida*) mas não se interessou muito, estava atento à hora e à chegada da misteriosa pessoa que lhe telefonara.

Bebericando, observava a escada com ansiedade e preocupação. Já eram sete horas, a noite estava escura e fria, e nada de chegar a pessoa esperada.

Novos drinques (*já somavam quatro*), mais espera, a meia hora já se escoara e nada, ninguém aparecia...Assim, achando que fora vítima de um trote, um logro banal e desagradável que lhe atrapalhara a tarde, ia chamar o garçon para pedir a conta quando sua mão parou no ar ao ouvir: “já vai?”.

Espantou-se, olhou ao redor, não viu ninguém, pensou que estava ficando bêbado e novamente levantou a mão quando, outra vez, ouviu a voz rouca e solitária “fique quieto, peça mais um cuba-libre e converse comigo!”. “Comigo quem?”, “comigo, a mesa onde você está descansando o braço!”.

O susto veio pesado e impactante, mas como!, estava ouvindo uma mesa falando, impossível!

“Não é impossível não, sou eu mesma, a mesma mesa em que você se sentou com tantas mulheres diversas, a mesma mesa

que ouviu tantas conversas de vocês então, sou eu mesma e digo mais, lembrei-me de você porque há dois dias atrás um casal de jovens, os dois alegres e lindos, sentou-se aqui e ela, ao levantar a toalha, notou a letra **C** que muitos e muitos anos atrás você gravou com seu canivete em homenagem à sua namorada da época, quando o garçon não estava olhando, e assim deu-me saudades suas, porisso eu lhe telefonei, para conversarmos sobre um passado que lá vai tão longe...”.

Ele, absolutamente desconcertado, levantou a toalha e, realmente, lá estava a letra. Lembrou-se então da noite em que a gravara na lateral do tampo, tantos anos atrás...

“Mas como é que você, uma simples mesa de madeira, pode falar e me telefonar?”. “Eu tenho cá os meus meios, não vou falar porque senão perde a graça!”.

(*Um pouco distantes, dois garçons observavam o idoso falando sozinho e se divertiam, julgando que estava bêbado...*).

“Mas me diga cá, como vão as suas namoradas?”

“Bem, não me lembro com exatidão, foi há tanto tempo...”.

“Sendo mais objetiva, lembra-se da primeira que você trouxe aqui? Uma morena linda, olhos profundamente negros, estatura mediana, corpo cheio e bem modelado, com saia cinza plissada, certo? Vocês pareciam tão apaixonados, conversaram durante horas, falaram de nada e de tudo, eu prestei muita atenção, era maravilhoso estar aqui então, eu também era nova, minha madeira estava brilhando de tão bem cuidada e nada me dava mais prazer do que ouvir a conversa de jovens enamorados. Depois disso, vocês ainda vieram aqui várias vezes, quase sempre sentando neste lugar. Conversavam, riam, traçavam planos, trocavam carinhos...A última vez, achei que vocês estavam meio brigados, falaram pouco e com frases curtas, isso me causou um dó tão grande, pensava sobre o que teria acontecido, afinal eu achava que vocês tinham tudo para dar certo! O que aconteceu, me conta, eu sou curiosa! Procura lembrar, vá...”.

“Certo, eu me lembro e quem deixaria de lembrar depois dessa descrição tão viva que você fez? bom, na realidade ela era a.... e nós namoramos por pouco tempo, apenas nove meses impetuosos e apaixonados! Realmente, agora estou muito bem lembrado, viemos aqui muitas vezes, ela gostava de se sentar aqui, **exatamente aqui**, e olhar a São Luiz, os jacarandás, os automóveis, o povo passando...bons tempos aqueles, éramos jovens, as pessoas e as flores nos sorriam, a cidade era mais gentil e humana então, tudo nos sorria, a Vida nos sorria! Passou tão depressa, num piscar d’olhos” ele arrematou com um traço de indizível tristeza em suas derradeiras palavras.

“Tudo bem, tudo bem, não vá você desabar a chorar e interromper as informações que eu tanto quero ouvir, afinal não pedi que você viesse aqui para uma sessão-tristeza mas para saber a seu respeito e a respeito das mulheres da sua vida! Continue a me contar o que aconteceu com ela, com você e quem veio depois!”.

“Certo, certo...bem ela, não sei o que foi feito dela e eu, eu continuo a marcha da Vida, já avelhantado e sem muitos dos ideais e objetivos de então! Continuando, depois dela eu trouxe aqui, se não me

falha a memória, uma loira alta e franca, mais charmosa e simpática do que bonita, excelente pessoa, intelectual fervorosa e libertina como poucas! Eu carinhosamente a chamava de “Raio de Sol” e...”

“É isso, é isso mesmo, você a chamava assim e ela adorava, como dizia! Eu gostava dela, era divertida, nunca estava triste e quando amarrava um pilequinho até mesmo umas piadas “cabeludas” ela contava e todos, você e amigos quando estavam juntos, riam sem parar!!!”.

“Exato, você definiu bem, ela era ótima. Ficamos amigos por um ano mais ou menos mas ela, depois, entestou que iria viver na Alemanha, tinha avós paternos alemães, forçou para que eu fosse com ela, não aceitei claro!, e nunca mais tive notícias daquela “fraulein” loira!”

“E depois?”

“Ai entra a...., artista plástica que hoje possui um certo renome, loira, sardenta, magra, espigada, inteligente, jeito de vedete de televisão, gostava muito de ir ao “Je Reviens”, bar da Major Sertório se não me engano, ficamos juntos por pouco tempo, foi apenas para curar feridas recíprocas, ainda hoje ouço falar dela participando de algumas exposições em galerias aqui da cidade...”

“E?...”

“Bem, depois veio a...., nascida na terra de Shakespeare, bonita moça, também alourada, muito alegre, espirituosa, esportista, liberal, fumava muito, tinha um salão de beleza, pelo jeito, gostava muito de mim, sem me gabar...”

“Certo, eu me lembro bem, ela tinha uns olhos muito vivos e agitados, uma risada cristalina, um forte sotaque estrangeirado, adorava tangos, taquitos e milongas e vocês se divertiam muito quando vinham aqui e, se não me engano, muitas vezes, já início da madrugada, saiam daqui para continuar a conversa no “Arpège”, no “Paribar” ou no Barba-Azul”, todos meus amigos e vizinhos da época, aqui na praça D. José Gaspar”.

“Perfeito, era isso mesmo, bendita memória você tem! Pois é, namoramos por cinco anos ou mais. Afinal, não deu certo, a mãe tinha um gênio forte, ela e eu também, enfim rompemos e nada mais soube dela e dos familiares, apenas que resolveram retornar à Inglaterra, creio que estão vivendo ali até hoje...”.

“Puxa, sua vida era realmente muito movimentada, seu coração não parava! Se não me engano, havia também uma moça que gostava de praticar esportes na Guarapiranga...”

“Diabos, é isso mesmo! Era a...., filha de comerciante conhecido da Capital, morava na região do Sumaré então, eu lhe dei algumas aulas particulares na época e descobrimos uma certa atração entre nós! Ela era uma grande esportista, adorava praticar esqui aquático na Guarapiranga, lembro-me bem que a “Gazeta Esportiva” estampou uma grande foto dela, ali na Represa, pendurada em um esqui, puxada por uma lancha branca! Namoramos sem compromisso por poucos meses e nunca mais ouvi falar dela, não sei que fim levou...”.

“Mas, veja bem, ainda me recordo de mais uma, uma morena baixinha e sensual, muito elegante, lindinha, lindinha, olhos francos, honestos e cândidos, voz

argentina, cristalina mesmo, você a trouxe aqui poucas vezes, acho que duas ou três apenas, foi quando numa delas você, que já estava bebinho, bebinho, me agrediu com força, cortou minha madeira nova, linda de doer, gravando em mim a letra **C** lembra-se? Juro que nunca senti calor mais forte, paixão mais ardente entre duas pessoas do que então ou estou enganada?”.

Ele parou, digeriu a indagação, pensou com vagar e respondeu com certeza:

“A certa época de minha vida, parei para refletir sobre o que, efetivamente, eu desejava já que estava me fatiando inutilmente pela minha vida sentimental. E foi justamente então, certamente foi a mão do Criador, que a garota à qual você se refere, apareceu. Foi a minha redenção encontrá-la, eu a conheci no interior do Estado e a centelha entre nós foi muito forte, num instante nos apaixonamos...Realmente eu a trouxe poucas vezes aqui mas eu me recordo que nos divertimos muito então e agora me lembro também, e com que saudades!, da noite e que gravei em você a letra **C**, inicial de seu primeiro nome, eu realmente estava muito alto! Olha, ela motivou minha entrada no rol dos homens sérios, casamos e estamos juntos há muitos anos, constituímos família...”.

“Mas então você agora é um homem casado, um respeitável chefe de família...Os namoros e flertes então terminaram?..”

“Certo, certíssimo. Aí você tem mais ou menos as recordações das mulheres que frequentaram minha vida, assim você já está com a curiosidade satisfeita! Agora eu preciso ir embora, já é muito tarde, já bebi mais do que eu aguento, já nem sei se consigo chegar em casa, vou indo, me despeço de você, não creio que retorne aqui para outra noite como esta, tão interessante mas tão estranha...”

Percebeu que estava zozinho por causa do álcool ingerido (afinal, tomara dez drinques!) durante aquela estranha reunião. Consultou o relógio, passava já da uma hora da madrugada, chamou o garçon que o observava, pediu a conta que veio rápida.

Pagou, levantou-se para ir embora (pareceu-lhe então ter ouvido um sussurro “adeus!”), sentiu que não conseguiria andar normalmente, pediu ao rapaz que lhe providenciasse um táxi, o que foi feito rapidamente.

Trôpego, foi ajudado pelo garçon que o amparou até o carro, indo para sua residência.

Dormiu profundamente, o sono dos bêbados e dos jovens. Acordou com uma imensa ressaca, dor de cabeça total, deu uma desculpa para a esposa, sentia-se mal, estava resfriado, dormiria um pouco mais.

Somente melhorou após o almoço e resolveu voltar ao local para buscar seu carro que ainda estava no Zervos. No caminho, repassou a noite anterior, achou que tinha sonhado, teria ido ao **Mon** para beber apenas um drink, exagerou nas doses e manteve aquele esquisito diálogo imaginário.

Por curiosidade e para matar as dúvidas, retornou ao local, sentou-se na mesma mesa, pediu um café bem forte (*o garçon da tarde não era o mesmo da noite anterior*) e, enquanto aguardava, levantou a toalha para ver se a letra estava realmente gravada na sua lateral.

Estava...

Janeiro de 2010 ■



# Livros Novos em setembro de 2010

## Antonio Raphael Silva Salvador

Desembargador e Professor Universitário

### Comentários à Lei Orgânica da Magistratura Nacional - Lei Complementar 35/1979 – LOMAN

Autores: Vinicius de Toledo Piza Peluso e José Wilson Gonçalves

Editora Revista dos Tribunais



Nossos colegas e queridos amigos Vinicius e José Wilson, grandes juízes que dignificam a nossa Magistratura na Baixada Santista, hoje nos brindam com este completo estudo e comentários sobre a Lei Orgânica da Magistratura, livro que inicia na Revista dos Tribunais a tão promissora série "Carreiras Jurídicas", com a promessa de livros da mesma qualidade e importância para virem mostrar toda a Lei Orgânica do Ministério Público, e os Estatutos da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil e ainda o Estatuto dos Servidores Públicos da União.

A ideia desta série de livros sobre a carreira jurídica nos encanta e, temos a certeza, só parabéns merecerão os autores dos livros e os doutos Coordenadores desses necessários livros.

Além do mais, examinando este primeiro livro, vibramos com o estudo feito da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, com completo comentário a cada artigo da Lei, de uma forma que ninguém ainda tinha tido a lembrança de fazer. Mesmo quando os artigos são examinados e esclarecidos com a inegável competência dos autores-juizes, mesmo assim eles tudo completam com explicações necessárias e sempre com o reforço de alguns julgados que já versaram a matéria em exame. Além desse reforço jurisprudencial, os autores tiveram

ainda o especial cuidado de trazer manifestações doutrinárias de autoridades que bem conhecem o assunto examinado. São julgados do STF, mostrados e discutidos, como também posições do Conselho Nacional de Justiça e – muito importante – devidamente anotadas todas as alterações sofridas pela Lei Complementar 35/179, como a extinção dos Tribunais de Alçada e as várias modificações sobre juizes de paz, não mais nomeados pelo Governador do Estado, após lista tríplice do Tribunal de Justiça Estadual, mas escolhidos por eleição, com disciplina na ADI 2938.

Mostradas e discutidas as penas a que estão sujeitos os integrantes da Magistratura, além de estudadas as vedações que os juizes sofrem em sua vida funcional e as sanções cabíveis.

Quando examinei este precioso livro e constatei quanta coisa ali mostrada eu já tinha esquecido, comecei a pensar como ficamos sem ele tanto tempo. Só posso elogiar o trabalho dos colegas autores e oferecer os meus agradecimentos pela feliz iniciativa.

### Ação Declaratória

Autor: João Batista Lopes

Editora Revista dos Tribunais



O que mais eu poderia dizer sobre este livro do prof. João Batista Lopes, autor que conhece como ninguém a ação declaratória, que agora vem em 6ª edição e que representou a tese de doutoramento do brilhante autor? Sabemos todos que gostamos do processo civil que raramente aparecem estudos específicos da ação declaratória, sendo matéria que vem estudada normalmente dentro de um curso inteiro exposto no livro.

João Batista Lopes mostra a grande importância da

ação declaratória, estudada aqui em mais de 210 páginas, tratando de seu uso em pontos importantes como a ação declaratória incidental, na ação declaratória de inconstitucionalidade, na ação de consignação em pagamento, na ação de usucapião, na ação demarcatória e no incidente de falsidade.

A desconhecida declaratória incidental, que considero uma das melhores coisas do nosso Código de Processo Civil, deixa de ser pedida porque poucos a conhecem e menos ainda sabem de sua importância.

Agora, o professor João Batista Lopes dedica mais de 40 páginas do seu livro só para a declaratória incidental, mostrando a possibilidade necessária de ampliação da lide para abranger uma relação jurídica que se apresenta como questão que é premissa necessária da conclusão e que, se não pedida a declaratória incidental, não será alcançada pela coisa julgada.

Imaginemos ação onde aluguel é cobrado e o réu diz que não paga porque não é inquilino, mas que somente mora na casa porque dela cuida. O juiz, diante da prova, afasta a defesa e julga procedente a ação de cobrança, mas a solução dada à defesa apresentada, de não ser inquilino, é afastada e, no entanto, será renovada em todas as cobranças posteriores de aluguel. Se fosse pedida a declaratória incidental, ficaria a condição de inquilino resolvida definitivamente.

Este livro, permitam que eu diga, é precioso, completo e agradável para ser lido e meditado.

Eu o indico com muita certeza de que será útil a quem o procurar.

### A Prova no Processo Civil

Autor: Gildo dos Santos

Editora Revista dos Tribunais



Estamos agora examinando a 3ª edição do livro "A Prova no Processo Civil", de autoria do desembargador Gildo dos Santos, meu antigo colega no Tribunal de Justiça de São Paulo e meu companheiro como professor da Faculdade Católica de Direito de Santos, ambos ali lecionando Direito Processual Civil.

Um assunto importante e agradável nas nossas aulas é o exame da prova no processo civil, o que permitiu ao prof. Gildo que nos brindasse com um estudo minucioso, inteligente, completo sobre a produção da prova nos processos, começando por definir bem que "provar é representar fatos passados", dizendo ainda que "provar é também procurar a verdade sobre o que se discute" e que é a prova a soma dos meios produtores da certeza.

Em seguida passa a examinar o momento em que a prova precisa ser produzida, mostrando quando pode esse momento ser com a inicial, na contestação ou reconvenção, no curso da ação, na fase de julgamento e quando pode ser admitida em grau de recurso. Lembra ainda que até mesmo ela poderá ser anterior ao momento em que a ação é distribuída em juízo. Acontece nos processos cautelares preparatórios ou antecedentes.

Após a definição, o livro vem elencar as provas em suas formas, como na confissão e no depoimento pessoal, fazendo completo estudo da prova testemunhal, com algumas perguntas práticas, como se o cunhado pode ser testemunha ou parente de ambas as partes, ou ainda qual o valor da testemunha única.

Em seguida faz completo exame da prova pericial em mais de 30 páginas, mostrando com ela é feita, quem pode ser perito e inclusive levanta a dúvida sobre o analfabeto como perito, trazendo sua posição e a de Hélio Tornaghi.

Passa para a prova documental, normalmente a mais acolhida nos processos e insistindo em que pode ser até condição para a aceitação daquela ação proposta, citando o art. 366 do CPC que exige o documento quando da substância do ato, geralmente em forma de instrumento público.

Enfim, um livro muito didático, muito completo e muito convincente quanto às posições defendidas pelo ilustre autor. Só lendo para bem apreciá-lo.

## APAMAGIS recebe Secretário Gustavo Ungaro

Em nove de agosto, a Diretoria da APAMAGIS recebeu o Secretário Adjunto da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, Gustavo Ungaro, e o Ouvidor do ITESP, Jonas de Campos, para uma reunião. Além do Presidente Paulo Dimas, participaram os Vices Roque Mesquita e Fernando Bartoletti, o Diretor Secretário Irineu Fava e o Diretor de Informática Edison Brandão.

O encontro serviu para abordar temas institucionais, dentre os quais se destacou a questão orçamentária. Confira trechos da entrevista de Gustavo Ungaro ao *Tribuna da Magistratura*.

**O TJ/RJ possui plena autonomia financeira. Por que não também em SP?** Hoje, o TJ/SP, assim como os outros órgãos, tem toda condição de operar aqueles recursos que estão aprovados pelo Legislativo e consignados nas rubricas próprias. O que se coloca como possível novidade seria a destinação integral da arrecadação da taxa judiciária para o Judiciário. Tenho ouvido reivindicações nesse sentido e me parece que esta questão também demanda estudos mais aprofundados, para que se saiba inicialmente quais são esses recursos, qual seu volume e quais órgãos ligados ao sistema de Justiça deveriam usufruí-los.



Representantes da APAMAGIS dialogaram com o Secretário Adj. Gustavo Ungaro e com o Ouvidor da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo, Jonas de Campos

**Qual sua opinião sobre campanha de esclarecimento da população sobre a Justiça?** Eu acho uma boa iniciativa e talvez a APAMAGIS pudesse encabeçá-la. Acho que é uma proposta que merece ser analisada com muito carinho e atenção, pois, de fato, quanto mais a população conhecer e compreender o funcionamento do Judiciário tanto maior será a oportunidade de acesso e também a compreensão das limitações e dos procedimentos que todos devemos observar em função das leis existentes.

Em alguma medida, essa iniciativa talvez possa ser visualizada também pelo fortalecimento de uma ação em parceria que já existe entre a Secretaria da Justiça e o Poder Judiciário, o CIC (Centro de Inte-

gração da Cidadania), que são espaços nas periferias das grandes cidades, em que a Justiça se faz presente. O Judiciário de São Paulo tem alocado Juizes, servidores para fazer conciliações ou para o funcionamento de Juizados Especiais, justamente nos bairros mais populosos da periferia, mais distantes do centro da cidade e dos locais onde já estão instalados os grandes fóruns. Esta é uma forma levar o Juiz para junto da comunidade e de trabalhar com essa comunidade para a prevenção de novos conflitos, para educação no fortalecimento da cidadania e para a solução concreta dos conflitos por meio de conciliação e da mediação, além das formas tradicionais que o Judiciário bem desenvolve.

## Juiz recebe Título de Cidadão de Ilhabela

O Juiz Sandro Cavalcanti Rollo recebeu em três de setembro o Título de Cidadão Honorário de Ilhabela. A cerimônia, realizada na Câmara Municipal, contou com autoridades dos três Poderes.

O Magistrado foi condecorado "pelos relevantes serviços prestados ao município", por iniciativa do Vereador Luiz Mário de Almeida, que foi aprovada por unanimidade na Câmara Municipal.

Feitos do Juiz foram citados durante a cerimônia, entre eles, a contribuição à causa ambiental e a luta pela transformação de Ilhabela em Comarca.

### SOBRE O MAGISTRADO

Natural do Rio de Janeiro, nascido em 1976, se formou bacharel em Direito em 2001. Antes de ingressar na Magistratura de São Paulo advogou e foi Promotor de Justiça em Tocantins e no Paraná.

Desde 2008, Sandro Rollo é Juiz de Direito Titular da Vara Distrital de Ilhabela, que pertence à Comarca de São Sebastião.

## Associados da APAMAGIS são agraciados com a medalha Regente Feijó

A Assessoria da Polícia Militar do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (APMTJ) realizou, no último dia 17 de agosto, a entrega da *Medalha Regente Feijó*. Entre as personalidades que receberam a honraria estavam Magistrados Paulistas que contribuíram para o exercício da Polícia Militar no Estado.

A cerimônia, realizada no Palácio da Justiça de São Paulo, foi conduzida pelo Presidente do TJ/SP, Antonio Carlos Viana Santos, e pelo Cel. PM Marco Antonio Alves Miguel, responsável pela APMTJ. “É com imensa satisfação e alegria que declaro a abertura da cerimônia de entrega da Medalha Regente Feijó”, disse o Presidente da Corte Paulista.

Em discurso, o Cel. PM Marco Antonio Alves Miguel lembrou que “a medalha é destinada aos que viabilizaram os trabalhos da Polícia Militar em apoio ao Judiciário Paulista. A função da PM, associada à contribuição dos homenageados, garante a segurança necessária – e imprescindível – ao desenvolvimento dos trabalhos da Justiça, contribuindo para a paz social”.

Além do Presidente Paulo Dimas e do 2º Vice-Presidente Fernando Bartoletti, também receberam a homenagem o Presidente do TJ/SP, Antonio Carlos Viana Santos; o Vice-Presidente do TJ/SP, Marco César Müller Valente; o Corregedor Geral da Justiça, Antonio Carlos Munhoz Soares; o Presidente do TRE-SP, Walter de Almeida Guilherme; o Vice-Presidente e Corregedor do TRE-SP, Alceu Penteadou Navarro; os Desembargadores Armando Sérgio Prado de Toledo, Ruy Cavalheiro, Waldir Sebastião de Nuevo Campos Júnior; os Juizes Darci Lopes Beraldo, Jane Rute Nalini Anderson, Marcos Silveira de Alvarenga, Michel Feres, Sizara Corral de



| Entre as personalidades que receberam a honraria estavam Magistrados Paulistas que contribuíram para o exercício da Polícia Militar no Estado



| Presidente Paulo Dimas e Vice Fernando Bartoletti estavam na lista dos 50 homenageados



Arêa Leão Muniz de Andrade, Silas Silva Santos; o Procurador-Geral de Justiça Fernando Grella Vieira; o Promotor de Justiça Francisco José Taddei Cembranelli; o Comandante-Geral da PM, Cel.

PM Álvaro Batista Camilo; o Secretário da Administração Penitenciária Lourival Gomes; o Juiz Cel. PM Clóvis Santinon; o Juiz Cel. PM Fernando Pereira, entre outros. Como instituição pública, rece-

beu a medalha a Escola Paulista da Magistratura, representada pelo Presidente Pedro Gagliardi e pelo Vice Armando de Toledo. Ao todo, cinquenta medalhas foram outorgadas pela APMTJ.

## GAJ auxiliará varas dos Juizados Especiais da Fazenda Pública

No dia 18 de agosto, o 2º Vice-Presidente da APAMAGIS e também Diretor do Fórum Hely Lopes Meirelles, Fernando Bartoletti, reuniu-se com o Grupo de Apoio ao Judiciário. Na oportunidade, solicitou auxílio dos colegas aposentados na triagem dos pedidos e nas audiências de conciliação das mais de 1.700 ações encaminhadas às recém implantadas varas dos 1º e 2º Juizados Especiais da Fazenda Pública da Capital.

Dois dias depois, os membros do GAJ encontraram-se com as Juízas Luciani Retto e Cristiane Vieira que respondem pelas duas Varas de Juizado Especial da Fazenda no Fórum Hely Lopes Meirelles.

Já no dia 23 iniciaram o trabalho voluntário como conciliadores.

“Nós somos incentivados pela busca da paz social. O Juizado Especial é, em nosso modo de ver, uma das soluções para o problema da morosidade, para o empilhamento de processos que há em cada jurisdição. Trabalhamos com o objetivo de fazer a conciliação para que os processos não cheguem a julgamento”, salientou o Secretário do GAJ, Laercio Laurelli.

O grupo é composto por cerca de 40 Magistrados aposentados. Os interessados em participar dessa iniciativa podem preencher formulário no site <http://www.gajudiciario.com.br/contato.htm>.



| Reunião teve ampla participação de Magistrados aposentados

## APAMAGIS promove imersão no mundo dos vinhos

A APAMAGIS realizou nos dias 17 e 24 de agosto, em sua sede social, um curso de vinhos com o *sommelier* Manuel Luz. Na ocasião, os Magistrados tiveram a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre as características enológicas de vinhos do Velho e do Novo Mundo.

No primeiro dia, destinado à apreciação de bebidas de origem europeia, Manuel Luz apresentou os vinhos Boucharde La Vignee Pinot Noir 2008 (França Borgogne), Chateau Bois Pertuis 2006 (França Bordeaux), Frescobaldi Nipozzano Chianti Reserva 2006 (Itália Toscana), Produttore di Barbaresco 2006 (Itália Piemonte), Quinta do Noval Maria Mansa 2006 (Portugal) e Prima Tempranillo 2007 (Espanha).

A segunda aula do curso de vinhos da APAMAGIS foi destinada à degustação de vinhos do chamado Novo Mundo. Fizeram parte da seleção do *sommelier* Manuel Luz o Mendel Malbec 2007 (Argentina), Santa Rita Medalla Real Carmenere 2008 (Chile), Altair Icono Cabernet 2004 (Chile), Colonial Estate Explorateur Syrah 2006 (Austrália), Haynes Chardonnay 2008 (EUA), Saint Clair Sauvignon Blanc Pioneer Block 2009 (Nova Zelândia).



| Magistrados aprofundaram seus conhecimentos em dois dias de curso

Esta já é a quarta edição do evento que a APAMAGIS promove e, como conta o Diretor-Adjunto do Departamento de Secretaria e Diretor do Departamento de Informática Edison Brandão, o curso é um sucesso entre os Magistrados. “É recente a abertura do mercado brasileiro à importação de vinhos de boas castas, por isso, precisamos de cursos como estes para adquirir conhecimento sobre o assunto, assim, não compraremos os rótulos inadequados em determinadas situações”, afirmou. Uma das propostas da Diretoria da APAMAGIS é levar esse tipo de curso para o interior paulista. Aguarde!

## TJ/SP expande Central de Mandados

A Central de Mandados no Fórum João Mendes Jr., que concentra os mandados das 12 Varas de Família, da Infância e Juventude, 1ª e da 2ª Varas de Registros Públicos e duas Varas de Falências e Recuperações Judiciais, começou a funcionar no dia dois de agosto. Também já estão em funcionamento as Centrais de Mandados nas Comarcas de Santo André e São Bernardo do Campo.

### COMO FUNCIONAM AS CENTRAIS

Os mandados são distribuídos entre os Oficiais de Justiça. Cada um é responsável por uma região prefixada, definida por faixa de CEP, o que possibilita a distribuição do trabalho de forma igualitária entre os Oficiais de Justiça, pois o próprio sistema leva em consideração não apenas a quantidade de mandados, como também a complexidade do cumprimento de cada diligência (citação, intimação, penhora etc.). Na primeira semana de funcionamento da Central do Fórum João Mendes Jr. já foram distribuídos cerca de 200 mandados.

Segundo o Juiz Corregedor da central e titular da 12ª Vara da Família e Sucessões, Ricardo Pereira Junior, antes cada vara tinha um número reduzido de Oficiais para cobrir a cidade; com a implementação do setor de mandados e a organização por região, há um número maior de Oficiais para cobrir uma área mais reduzida.

Segundo informações do TJ/SP, as próximas unidades a serem instaladas serão em Avaré, Sertãozinho, Itanhaém, Peruíbe, Diadema, Osasco e Guarulhos. Há também estudos para a instalação de centrais nas varas cíveis do Fórum João Mendes Jr. e nas criminais do Fórum Ministro Mário Guimarães, na Barra Funda.

### VANGUARDA

A Central de Mandados foi instalada em 26 de novembro de 2007 no Fórum Hely Lopes Meirelles. A unidade concentrou a distribuição dos cerca de seis mil mandados expedidos mensalmente pelas 22 Varas da Fazenda Pública e Acidentes do Trabalho instaladas no prédio.

## APAMAGIS rebate, uma vez mais, as equivocadas declarações do Presidente Nacional da OAB

A Diretoria da APAMAGIS precisou, mais uma vez, encaminhar nota para a imprensa especializada rebatendo críticas descabidas do Presidente Nacional da OAB. Confira a resposta na íntegra:

A APAMAGIS vem a público esclarecer o quão infundadas são as declarações proferidas por Ophir Filgueiras Cavalcanti, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, que alegou, em matéria publicada no "O Globo", em cinco de agosto, serem "imorais" as garantias constitucionais asseguradas à Magistratura.

Cumpramos ressaltar que, infelizmente, não é inédito o posicionamento equivocado do atual Presidente da OAB quando o assunto é Judiciário. Afinal, o Causídico, no início do ano, afirmou que os Juízes trabalhavam apenas "terças, quartas e quintas". Na época, a APAMAGIS se viu compelida a rechaçar a afirmação e mostrou a profícua produtividade dos Magistrados Paulistas – mais de 5 milhões de sentenças e quase 1 milhão de votos proferidos.

Uma vez mais, o detentor do prestigioso cargo de Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil revela profundo desconhecimento da realidade experimentada pelos Magistrados no Brasil. A garantia da vitaliciedade, tão duramente alcançada, não se aproveita aos Juízes, Desembargadores e Ministros. Tem como foco precípuo o cidadão, afinal, garante que suas causas sejam apreciadas por um julgador independente e imparcial.

Ao contrário do que o ilustre Causídico afirma, a aposentadoria compulsória não é um "prêmio". É uma etapa no processo que pode culminar na perda do cargo e outras punições, como penas restritivas de liberdade inclusive.

A desinformação ou informações deturpadas podem gerar premissas equivocadas e, por isso, a APAMAGIS vem, uma vez mais, lutar para que a verdade seja restabelecida e as instituições democráticas preservadas.

## Dispositivo do novo CPC traz preocupação

O anteprojeto do novo Código de Processo Civil traz importantes modificações, amplamente divulgadas nos meios de comunicação da APAMAGIS, que visam à celeridade do rito processual.

No entanto, há questões que trazem preocupações, como a redação dada ao artigo 192 (semelhante ao vigente art.198) do anteprojeto. O dispositivo mencionado disciplina a representação "contra o Juiz que excedeu os prazos previstos em lei", matéria de inegável índole administrativa que já está disposta na Lei Orgânica da Magistratura.

Para garantir as prerrogativas da Magistratura, a APAMAGIS iniciou atuação no Senado para barrar tal dispositivo. Além disso, com o intuito de elucidar ainda mais o tema, a entidade realizou, nos dias 15 e 16 de setembro, videoconferências com o Des. José Roberto dos Santos Bedaque e com o Professor Benedito Cerezo Pereira, ambos membros da comissão que elaborou o anteprojeto do novo CPC.

## Magistrados comemoram Dia dos Pais



| Evento movimentou a sede social da APAMAGIS

No dia oito de agosto foi realizado o almoço de Dia dos Pais na sede social. Magistrados, familiares e amigos confraternizaram em clima de descontração. Os salões do segundo e terceiro andar estavam lotados, confirmando mais uma vez o sucesso dos eventos organizados pela APAMAGIS.

## TJ/SP: transmissão online de recurso

O TJ/SP realizou, em 13 de agosto, a primeira transmissão online de recurso especial ao STJ. O evento contou com a presença do Presidente Paulo Dimas, do Presidente do STJ Asfor Rocha, do Presidente do TJ/SP Viana Santos, do Presidente da Seção Criminal do TJ/SP Ciro Pinheiro e Campos, entre outras autoridades.

O primeiro recurso transmitido pela internet foi um Agravo de Instrumento que, em questão de segundos, chegou a Brasília, recebeu um número e foi distribuído ao Min. Napoleão Maia Filho. Pouco mais de uma hora depois do envio, o Ministro já havia despachado o recurso, dando provimento ao agravo.

Antes do novo sistema, os recursos eram embalados, lacrados e seguiam para o STJ via correio. Agora, todas as folhas do processo são digitalizadas e o recurso é enviado por sistema informatizado, que confirma seu recebimento.

Com o procedimento, o prazo para o processamento do recurso será abreviado em, no mínimo, três meses. Além da celeridade no andamento da ação, há economia nas despesas com correio e transporte, e ainda um melhor apro-

Antônio Carreta - TJ/SP



| Min. Asfor Rocha (STJ), Presidente Viana Santos e Des. Ciro Campos (TJ/SP)

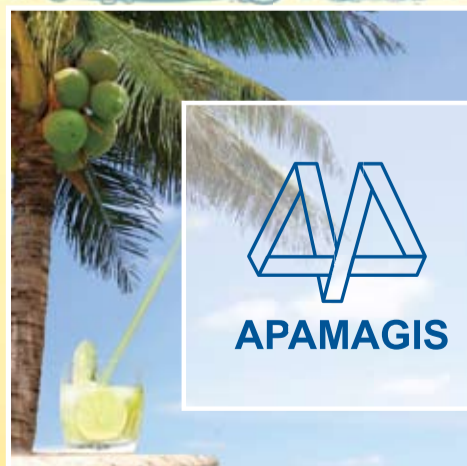
veitamento de pessoal, já que os funcionários disponibilizados para o serviço de remessa exercerão outras atividades.

O Tribunal de Justiça pretende até o início do próximo ano estender a transmissão online de recursos para as seções de Direito Privado e Direito Público. No ano passado o TJ/SP encaminhou para o STJ aproximadamente 3.670 malotes cheios de processos, que equivalem a mais de 67 toneladas de papel. Nesse ano, até o mês de julho, foram quase dois mil malotes, correspondentes a 37 toneladas de papel.

Com informações da assessoria de imprensa do TJ/SP.

## Colônia de Férias

Divulgaremos sempre na Tribuna da Magistratura o calendário oficial de 2010 de inscrições e sorteios de vagas para as colônias da APAMAGIS em feriados e períodos de férias.



### FERIADOS/FÉRIAS

Proclamação da República  
Ano Novo e  
Férias de janeiro 2011

### INSCRIÇÕES

23/08/2010 até 05/10/2010  
13/09/2010 até 26/10/2010

### SORTEIO

06/10/2010 Quarta-feira  
27/10/2010 Quarta-feira

### PERÍODO

13/11/2010 a 15/11/2010  
Ano Novo e todo  
mês de janeiro de 2011

Cruzeiros |

# Viaje pela costa brasileira

Na hora de escolher seu roteiro, é importante prestar atenção ao público-alvo e à temática da viagem. Existem desde os passeios mais animados - como os cruzeiros de carnaval - até as alternativas elaboradas para quem quer descansar com a família



A temporada brasileira de cruzeiros 2011 começa no mês de outubro de 2010 e estende-se até maio do próximo ano. Vinte navios de diferentes companhias irão navegar pela costa do Brasil e os roteiros mais comuns oferecem viagens de três a dez noites.

Aproveite a reportagem que o *Tribuna da Magistratura* elaborou e planeje seu passeio.

## RESORTS FLUTUANTES

Os cruzeiros marítimos são verdadeiros resorts flutuantes. Os navios servem pelo menos cinco refeições diárias inclusas na tarifa e oferecem infraestrutura com academias de ginástica, piscinas, cassinos, teatros, cinemas, lojas etc.

A maioria dos navios parte dos litorais fluminense e paulista, mas há opções que saem do nordeste - Salvador, Maceió, Fernando de Noronha, entre outros - e também do sul, especialmente de Santa Catarina.

O tamanho do navio é um ponto a ser analisado ao planejar sua viagem. As opções de pequeno porte transportam até 500 passageiros e podem alcançar pontos da costa de difícil acesso. Os

navios médios comportam entre 500 e 1.500 viajantes e possuem mais alternativas de entretenimento. Por fim, as embarcações que transportam até três mil pessoas são consideradas megaresorts flutuantes, com ruas de lojas, bares, piscinas e inúmeras opções de lazer.

Via de regra, os navios possuem três tipos de cabines: as internas, as externas e as suítes. O que diferencia as duas primeiras opções é a vista para o mar, entretanto, ambas costumam ter o mesmo tamanho. As suítes são maiores e podem ter dois ou mais cômodos. As opções mais requintadas são duplex e oferecem elevador privativo.

Na hora de escolher seu roteiro, é importante prestar atenção ao público-alvo e à temática da viagem. Existem desde os passeios mais animados - como os cruzeiros de carnaval - até

as alternativas elaboradas para quem quer descansar com a família.

Com o roteiro em mãos, é possível fazer as malas. Dê preferência para roupas leves e lembre-se de levar protetor, chapéu, boné e óculos de sol. A programação da noite varia de acordo com o cruzeiro escolhido, entretanto, é bem possível que haja um jantar que exija trajes de gala. Ao fim do dia, a temperatura cai, portanto, leve um casaco leve.

Definidos o navio, as acomodações e o roteiro, é só embarcar e aproveitar. Boa viagem! ■

## SERVIÇO

Para Cruzeiros e inúmeros outros roteiros com segurança, comodidade e descontos reais, entre em contato com o Departamento de Turismo da APAMAGIS no telefone (11) 3292-2200.

